



# Anais da Assembléia

Nº 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XLX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DULIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ermani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 14.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademir Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). - Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Doutor Rosinha e Neivo Beraldin (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 61/93

Curitiba, 27 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

De acordo com os preceitos constitucionais contidos nos arts 53, incisos VIII e IX e 66, incisos I e II, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislati-

va, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar disposições da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adotar outras providências, conforme especifica.

As alterações propostas têm por objetivo adaptar a legislação vigente referente ao pagamento do salário-família e à concessão de férias, à existente para todos os trabalhadores em geral.

Assim é que o salário-família, como auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado ao funcionário ativo ou inativo, passa a ser pago por filho menor de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade.

A fruição das férias de trinta dias consecutivos por ano, passará a observar o interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício.

Inova, também, a presente proposta, quando, na hipótese de exoneração, a administração procederá o pagamento de férias correspondentes a 1/12 avos por mês efetivamente trabalhado.

Com estas alterações o Estado passa a ter uma nova visão no gerenciamento de seus recursos humanos, ao mesmo tempo que procura ordenar a matéria de maneira uniforme, dispensando idêntico tratamento aos servidores anteriormente regidos pelo Estatuto e aos que, por força da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, passaram, também, a ser regidos pelo Estatuto.

Finalmente, propõe a criação de 16 (dezesesseis) cargos de Operador Gráfico I, no Grupo Ocupacional de Apoio, para dar suprimento a necessidades operacionais, da Empresa Oficial do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O "caput" do artigo 195 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 195 - O salário-família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado, ao funcionário ativo ou inativo, por filho menor de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade".

Art. 2º - O "caput" do art. 149 da Lei nº 6.174/70 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º:

"Art. 149 - O funcionário fruirá trinta dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala para este fim organizada.

§ 1º - É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2º - Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

§ 3º - As férias não poderão ser fracionadas, salvo nos casos em que as mesmas devam ser suspensas por justificada exigência do serviço.

§ 4º - As férias deverão ser usufruídas até 30 (trinta) dias antes do vencimento do próximo período.

§ 5º - Na hipótese da exoneração, a Administração procederá o pagamento de férias correspondente a 1/12 avos por mês efetivamente trabalhado.

§ 6º - Nos casos de afastamento para cursos de duração superior a 6 (seis) meses, consideram-se usufruídas as férias nos períodos de recesso acadêmico, ocorridos no prazo de duração do afastamento autorizado.

§ 7º - Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo ao professor do Magistério Público Estadual de 1º, 2º e 3º Graus, cuja fruição dependerá da observância do calendário escolar."

Art. 3º - O art. 152 da Lei nº 6.174/70 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 152 - A escala de férias para o ano seguinte será organizada sempre no mês de outubro, pela Unidade de Recursos Humanos de cada órgão, considerando a necessidade de serviço, conforme avaliação da chefia da unidade administrativa a que estiver subordinado o servidor, observando o interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício."

Art. 4º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 16 (dezesseis) cargos de Operador Gráfico I, de provimento efetivo, SGOC TNOL, Padrão H, no Grupo Ocupacional Apoio.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o parágrafo único do art. 195, o art. 196 e seu parágrafo único, os artigos 197, 198 e 356 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e demais disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 62/93

Curitiba, 27 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a alteração de dispositivos da Lei Orgânica da Coordenação da Receita do Estado, visando

adequar o plano de carreira dos Agentes Fiscais aos dispositivos constitucionais e introduzir novos mecanismos para promoção e acesso à referida carreira.

A medida ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da administração, uma vez que atinge a grande maioria dos servidores fiscais, com um custo inexpressivo, na ordem de apenas 1%, possibilitando, desta forma, a desejada e justa progressão na carreira, o que, sem a menor sombra de dúvida, servirá de estímulo e incentivo a funcionários de reconhecida competência.

As referidas promoções e o acesso baseiam-se na antigüidade, no mérito, na qualificação e na probidade. A antigüidade se traduz pela permanência de, no mínimo, três anos em cada uma das nove classes, prevendo que para atingir o final da carreira o servidor participará, obrigatoriamente, de oito cursos de especialização, além daquele necessário para o ingresso na carreira. Visa também estabelecer uma regra de excepcionalidade, visto que a partir da implantação proposta decorrerão seis anos para que os atuais ocupantes de cargos de Agente Fiscal 2-AF2 ingressem na Série de classes de Agente Fiscal 1-AF1. Assim, no art. 2º permite-se que nos próximos seis anos os Agentes Fiscais 2-AF2 possam ser nomeados para exercer cargo em comissão, visto que o provimento de tal cargo é privativo do Agente Fiscal 1-AF1 e estes últimos não são em quantidade suficiente para prover cargos em questão.

Objetiva finalmente a previsão de requisitos para acréscimos nos proventos de inatividade, da gratificação de dois terços do "quantum" do vencimento, qual seja, o Agente terá que satisfazer um interstício de doze anos de efetiva percepção da vantagem, ininterrupta ou intercaladamente.

Já, o prêmio de produtividade será integrado aos proventos, com base no cálculo da média aritmética dos trinta e seis maiores percentuais de quotas produzidas pelo servidor durante o exercício funcional.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Os artigos seguintes da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - O Grupo Ocupacional T.A.F., é constituído de 1656 cargos com as se-

guintes especificações:

I - 414 cargos da série de classes da AF-1, com atribuições referentes às atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, de grande e média complexidade, encargos de gerência, chefia ou assessoramento, análises e estudos econômico-tributários;

II - 414 cargos da série de classes da AF-2, com atribuições referentes às atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, de complexidade média, assessoramento intermediário e chefias de Postos Fiscais e Agências de Rendas;

III - 828 cargos da série de classes da AF-3, com atribuições referentes às atividades relacionadas com a tributação, fiscalização e arrecadação, de menor complexidade.

§ 1º - Para os fins do item I deste artigo são considerados encargos de gerência e assessoramento, todos os inerentes ao exercício de cargos de comissão.

§ 2º - O detalhamento das atribuições dos cargos referidos nos itens I, II e III deste artigo, será feito por ato do Poder Executivo.

Art. 21 - Os concursos para provimento da classe inicial da série de classes de AF-3, compreenderão 2 (duas) fases:

I - provas de capacidade intelectual, conhecimentos específicos e gerais e de títulos;

II - curso de formação.

Art. 48 - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma para outra unidade administrativa da Coordenação da Receita do Estado e processar-se-á:

I - a pedido, quando da abertura do concurso de remoção nos termos a serem definidos em Edital a ser baixado pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado;

II - por permuta, quando processada a pedido escrito de ambos os interessados, e respeitado o interesse e a necessidade do serviço;

III - de ofício, no âmbito da Delegacia Regional da Receita e da Coordenação da Receita do Estado.

§ 1º - A remoção, exceto a por permuta, dependerá da existência de vagas na unidade administrativa de destino.

§ 2º - Quando o funcionário for removido de ofício, ser-lhe-á assegurado o período mínimo de um ano de permanência na unidade para qual foi removido.

§ 3º - Exclui-se dessas regras, a investidura em cargos de provimento em comissão, assegurando-se ao funcionário quando da exoneração ser lotado na Unidade Administrativa que lhe aprovar, desde que tenha exercido o cargo pelo menos por 1 (um) ano.

Art. 49 - Quando da realização do concurso de remoção, verificada a hipótese de existirem mais concorrentes que o número de vagas fixadas, terá preferência, pela ordem, o funcionário que, dentre todos os concorrentes:

I - tenha maior tempo de serviço na sua atual Unidade Administrativa;

II - tenha maior tempo de serviço na respectiva série de classes;

III - tenha produzido nos últimos seis meses, o maior número de quotas de produtividade, respeitada a quantidade mínima a ser fixada no Edital de que se trata o inciso I do art. 48;

IV - seja mais idoso.

Art. 54 - Promoção é a elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior a que pertencer, dentro da mesma série de classes.

Art. 55 - Não haverá promoção de funcionário em estágio probatório ou em disponibilidade.

Art. 56 - A Promoção Horizontal processar-se-á dentro da mesma classe, aos funcionários que completarem nove meses de efetivo exercício, com mudança de referência.

Art. 57 - A Promoção Vertical processar-se-á da classe imediatamente inferior, última referência, para a classe superior, referência inicial.

Art. 58 - Será de três anos de efetivo exercício na classe o interstício para a Promoção Vertical.

Art. 59 - Para ser promovido verticalmente, o funcionário deverá participar de curso de formação, cujo conteúdo programático, critérios de avaliação, metodologia de ensino e carga horária serão definidos por Resolução do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 60 - Para participar do curso de formação, o funcionário deverá possuir os seguintes requisitos:

I - interstício de vinte e sete meses na classe da respectiva série de classes;

II - tenha percebido, a títulos de quotas de produtividade, uma quantidade mínima a ser fixada em Resolução do Secretário de Estado da Fazenda;

III - não ter sofrido, nos últimos vinte e quatro meses, as penalidades de repreensão ou suspensão.

Art. 61 - Estará apto à promoção ver-

tical o funcionário que obtiver no curso de formação, nota de avaliação igual ou superior à nota mínima a ser determinada na forma do artigo 59.

Art. 62 - Os processos de promoção e acesso uma vez por ano, por iniciativa do Secretário de Estado da Fazenda, devidamente autorizados pelo Governador do Estado.

Art. 68 - Acesso é o ingresso do funcionário AF-3 e AF-2, última referência, na inicial da série de classe AF-2 e AF-1, respectivamente, observada a existência de vagas.

Art. 69 - Para concorrer ao acesso, o funcionário AF-3 e AF-2 deverá possuir formação escolar exigida a participar de Curso de Formação para acesso às séries de classes de AF-2 e AF-1, respectivamente, cujo conteúdo programático, critérios de avaliação, metodologia de ensino e carga horária serão definidas por Resolução do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 70 - Para participar do Curso de Formação o funcionário deverá possuir os seguintes requisitos:

- I - interstício de dezoito meses na Classe C das séries de Classes de AF-2 ou AF-3;
- II - tenha percebido, a títulos de quotas de produtividade, uma quantidade mínima a ser fixada em Resolução do Secretário de Estado da Fazenda;
- III - não ter sofrido, nos últimos vinte e quatro meses, as penalidades de repressão ou suspensão.

Parágrafo Único - Fica garantido o acesso ao funcionário AF-4 à inicial da série de classe de AF-3, desde que pos-sua formação de 2º grau, atenda aos requisitos constantes dos incisos II e III deste artigo e participe de Curso de Formação.

Art. 71 - Estará apto ao acesso o funcionário que obtiver no Curso de Formação, nota de avaliação igual ou superior à nota mínima a ser determinada na forma do artigo 69.

Art. 73 - O funcionário da Coordenação da Receita do Estado integrante do Grupo Ocupacional "TAF", será aposentado com os proventos de inatividade correspondentes ao vencimento integral do cargo, acrescido do prêmio de produtividade e da gratificação de que trata o inciso III, do artigo 89, desde que percebidos, estes últimos, por um período não inferior a doze anos, ininterruptos ou intercalados e adicionais por tempo de serviço.

Art. 76 - O cálculo para integração do prêmio de produtividade na aposentadoria será feito com base na média aritmética dos 36 (trinta e seis) maiores percentuais de quotas produzidos pelo funcionário, durante o exercício funcional e pelo valor do cargo que integrar os proventos de inatividade, respeitados os limites dos artigos 95 e 122".

Art. 2º - Durante o prazo de 6 (seis) anos da publicação desta lei, o Cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar Técnico categoria "D", poderá ser ocupado por funcionário integrante da série de classes de Agente Fiscal 2.

Art. 3º - Em caráter excepcional, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Poder Executivo efetivará uma elevação de que trata o artigo 54 e o acesso do artigo 68 e do parágrafo único do artigo 70, observado apenas a existência de vagas, a escolaridade e o disposto no inciso III do artigo 60.

Art. 4º - Revogam-se os artigos 46 e seu parágrafo, 52 e seus parágrafos, 53 e seus parágrafos, 63, 65, 66 e seus parágrafos, 67, 103, 117, 118, 119 e seu parágrafo único, 127, 128, 144, inciso II do artigo 20, e o § 3º do artigo 72, todos na Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 63/93

Curitiba, 27 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do artigo 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR área de 33.421,60m<sup>2</sup> (trinta e três mil, quatrocentos e vinte e um metros quadrados e sessenta decímetros quadrados), na Rua João Guariza com Avenida Anita Garibaldi - Bairro Ahú, nesta Capital, a qual, conforme registro junto à 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, sob nº 36.912, é integrante do Patrimônio do Estado do Paraná.

Vale destacar que a doação objeto da presente proposição ficará condicionada a que a Donatária utilize tal imóvel exclusivamente para atividades ligadas ao ensino.

no e que cumpra integralmente as condições elencadas no texto do Ofício ATG 0769/93, de 21/06/93, expostas através de Termo de Responsabilidade (em anexo), às folhas 13/17, do Protocolo SIP sob nº 242.088-0, de 15.09.93, constando, ainda, cláusulas de inalienabilidade e reversão ao patrimônio do Estado no caso de descumprimento das referidas condições resolutivas.

Demonstrando o alto significado da medida ora proposta, assim como o elevado interesse público de que é revestida e os grandes benefícios que serão direcionados ao ensino técnico profissionalizante no Estado do Paraná pela união e soma de esforços de duas tradicionais instituições de ensino vão também anexas cópias dos ofícios nºs 241/93, de 15 de julho de 1993 e 287/93, de 28 de julho de 1993, a mim encaminhados pelo Senhor Diretor-Geral do CEFET-PR.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Na forma do artigo 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Rua João Guariza, no Bairro do Ahú, nesta capital, registrado junto à 2a. Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, sob nº 36.912, podendo, para tanto, firmar a respectiva escritura e outros documentos para tal necessários.

Parágrafo Único - A doação de que trata este artigo ficará condicionada a que a Donatária utilize o referido imóvel para atividades ligadas ao ensino e que cumpra integralmente as condições elencadas no texto do Ofício ATG 0769/93, de 21/06/93, às fls. 13/17, do Protocolo SIP sob nº 242.088-0, de 15.09.93, devendo constar da respectiva escritura cláusulas de inalienabilidade e de reversão ao patrimônio do Estado caso descumpridas as condições resolutivas estabelecidas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 64/93

Curitiba, 27.09.93.  
Senhor Presidente.

De acordo com os preceitos constitucionais contidos nos arts. 53, inciso IX e 66, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar disposições da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências, conforme especifica.

As alterações propostas estão centradas no sentido de dotar o Estado de instrumentação legal que permita o acompanhamento e a projeção à saúde e à integridade dos servidores que estejam sujeitos ao exercício de atividades em condições insalubres ou perigosas.

A adiante transcrita exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Titular da Secretaria de Estado da Administração apresenta com o necessário detalhamento os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

"Trata o presente anteprojeto de lei de alteração da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Uma das alterações propostas tem por objetivo precípuo dotar o Estado de instrumento legal que permita acompanhar e proteger a saúde e a integridade de seus servidores.

Objetiva, ainda, a presente proposta, disciplinar a matéria, separando a insalubridade ou periculosidade, do risco de vida, este último, ligado diretamente às atividades policiais e judiciárias.

Para tanto, propõe-se a criação da gratificação de insalubridade ou periculosidade, destinada a remunerar os servidores que estejam sujeitos ao exercício de suas atividades em condições insalubres ou perigosas, nos casos em que não se puder eliminar o risco à saúde.

Ao recepcionar as Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a insalubridade e a periculosidade, o Estado procura ordenar a matéria de maneira uniforme, dispensando idêntico tratamento aos servidores anteriormente regidos pelo Estado e aos que, por força da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, passaram, também, a ser regidos pelo Estatuto.

De acordo com o grau de risco, a gratificação pelo exercício de atividades ou operações insalubres será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do vencimento inicial da tabela do Quadro Geral do Estado, não inferior ao salário mínimo vigente.

Pelo desempenho de atividades ou operações perigosas, o servidor perceberá, a

título de gratificação, 30% (trinta por cento) do vencimento básico do seu cargo, desconsiderados também os acréscimos resultantes de qualquer outras vantagens que perceba.

Propõe-se, ainda, o estabelecimento de dispositivo para fins de incorporação de gratificação de insalubridade ou periculosidade aos proventos de aposentadoria, na proporção de 1/35 (um trinta e cinco avos) para homens e 1/30 (um trinta avos) para as mulheres, por ano ou fração superior a seis meses de percepção.

A tratativa para as Aposentadorias Especiais será na mesma proporção, por ano ou fração superior a 6 (seis) meses de percepção.

Considerando que a lei ora proposta abrange a todos os servidores da Administração Direta e das Autarquias, propõe-se a revogação da Lei nº 8.195, de 13 de dezembro de 1985, por tratar-se de legislação que dispõe tão-somente da concessão de gratificação de risco de saúde aos servidores que atuam junto ao Instituto de Saúde do Paraná - ISEPr.

A necessidade de se possuir critérios mais rigorosos quando se trata de faltas ao trabalho com alegação de doença, levou a administração a propor alteração do parágrafo 4º do artigo 221, da Lei nº 6.174/70.

Propõe-se, também, a revogação do artigo 6º da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, pelo fato do mesmo conflitar com o parágrafo 3º do artigo 138, da Lei nº 6.174/70.

A não revogação desse dispositivo obriga que o servidor se aposente com 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, quando na maioria das vezes não é o caso para aposentadoria por invalidez. Em 24 (vinte e quatro) meses muitas doenças podem regredir com tratamento adequado ou serem curadas em função dos avanços de medicina."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O inciso V, do artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida;"

Art. 2º - O artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do inciso XI, com a seguinte re-

dação:

"XI - de insalubridade ou periculosidade."

Art. 3º - A gratificação do inciso XI, do artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, se destina a remunerar os servidores que estejam sujeitos ao exercício de suas atividades em condições de insalubridade ou periculosidade, na forma e condições estabelecidas na presente lei.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, métodos ou condições de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e intensidade do agente.

Art. 5º - Para os efeitos desta lei, são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis, sistema elétrico de potência, geração, transmissão e medição, radiação ionizante, explosivos, medições de vazão de rio, em condições de risco acentuado.

Art. 6º - As atividades ou operações, o fator de insalubridade e o de periculosidade, sua caracterização, frequência, graus de risco e limites de tolerância, bem como a possibilidade e a forma de sua supressão, total ou parcial, serão apuradas pelo órgão pericial oficial do Estado, com a adoção no que forem aplicáveis, os parâmetros das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

Art. 7º Verificada a existência de atividades insalubre ou perigosa, o órgão oficial determinará, para eliminação ou atenuação do risco, conforme o caso, as seguintes providências:

- a) medidas de segurança e alterações necessárias no local de trabalho;
- b) utilização de equipamento de proteção individual pelos servidores expostos ao risco;
- c) redução da jornada de trabalho na atividade;
- d) exame médico, para avaliação da capacidade laborativa do servidor, podendo propor o seu remanejamento.

Art. 8º - No caso de não ser eliminado o risco à saúde ou à integridade dos servidores, pelas providências previstas no artigo anterior, caberá o pagamento da

gratificação de insalubridade ou periculosidade.

Art. 9º - Não será devida a gratificação de insalubridade ou periculosidade, quando do afastamento do servidor do exercício das atribuições que ensejam a concessão da vantagem, salvo nos casos dos itens I, II, III, V, VI, VIII, IX e XI do artigo 249, da Lei nº 6.174/70.

Art. 10 - De acordo com o grau de insalubridade a que o servidor estiver exposto, o percentual da gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do vencimento inicial da tabela do Quadro Geral do Estado, não inferior ao salário mínimo vigente.

Art. 11 - Pelo desempenho de atividades ou operações perigosas, o servidor perceberá gratificação no percentual de 30% (trinta por cento) do vencimento básico do seu cargo, desconsiderados os acréscimos resultantes de quaisquer outras vantagens que perceba.

Art. 12 - É vedada a percepção cumulativa da gratificação pelo exercício de trabalho em condições de insalubridade com a gratificação pelo exercício de trabalho em condições de periculosidade, sendo paga aquela mais benéfica aos interesses do servidor.

Art. 13 - A gratificação de insalubridade ou periculosidade integrará os proventos de aposentadoria do servidor, na proporção de 1/35 avos (um trinta e cinco avos), para os homens e 1/30 avos (um trinta avos) para as mulheres, e nas aposentadorias especiais na mesma proporção, por ano ou fração superior a 06 (seis) meses de percepção.

§ 1º - Para os fins do disposto neste artigo, computar-se-á o período de percepção financeira da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata a Lei nº 8195, de 13 de dezembro de 1985.

§ 2º - Nos casos de invalidez permanente, resultante do exercício de atividade ou operações insalubres ou perigosas, a gratificação de que trata este artigo, incorporar-se-á integralmente aos proventos de aposentadoria.

Art. 14 - Ficam revogados os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 128 da Lei nº 6.174/70.

Art. 15 - Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da administração pública, provo-

cando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.

Art. 16 - Considera-se acidente do trabalho, nos termos do artigo 15, as seguintes entidades mórbidas:

- I - doenças profissionais, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade e constante da relação de que trata o Anexo II do Decreto Federal nº 611, de 21 de julho de 1992.
  - II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente, desde que constante da relação mencionada no inciso I.
- § 1º - Não serão consideradas como doença do trabalho:

- a) a doença degenerativa
- b) a inerente a grupo etário
- c) a que não produz incapacidade laborativa;
- d) doença endêmica adquirida por servidores habitantes de região em que ela se desenvolva, salvo aprovação de que resultou de exposição ou contato direto determinada pela natureza do trabalho.

§ 2º - Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II resultou de condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, o órgão pericial oficial do Estado deve considerá-lo acidente do trabalho.

Art. 17 - Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeito deste Capítulo:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do servidor, para a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo servidor no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro por motivo de disputa relacionada com o trabalho;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, ou de companheiro de trabalho;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão;
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos decorrentes de



força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido, ainda que fora de local e horário de trabalho;

- a) na execução de ordem ou na realização de serviços sob a autoridade do Estado;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Estado, para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço do Estado, inclusive para estudo, quando financiada por este, dentro de seus planos para melhor capacitação de mão-de-obra, independente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo da propriedade do servidor.

§ 1º - Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas no local do trabalho ou durante esta, o servidor é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º - Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

§ 3º - Considerar-se-á como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

§ 4º - Será considerado agravamento de acidente do trabalho aquele sofrido pelo acidentado quando estiver sob a responsabilidade da Reabilitação Funcional.

Art. 18 - A chefia imediata deverá comunicar o acidente do trabalho ao órgão pericial oficial do Estado, até o primeiro dia útil após o acidente.

Art. 19 - O parágrafo 4º do artigo 221 da Lei nº 6.174/70, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º - Quando não for homologado o laudo, o servidor será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerado como faltas ao trabalho, nos termos do inciso I, do artigo 160, os dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença".

Art. 20 - A Secretaria de Estado da Administração baixará as instruções com-

plementares normatizadoras que julgar necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogados o art. 6º, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992 e a Lei nº 8.195, de 13 de dezembro de 1985 e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o nº 803/93, do Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações, solicitado pelos Deputados Plauto Miró Guimarães, Erondy Silvério, Ademar Traiano, Nelson Justus, Hermas Brandão, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano, João Preis, Algaci Túlio, Paulo Maia, Florisvaldo Fier, Heinz Georg Herwig, Julio Bifon, Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Emilia Belinati, os quais pedem esclarecimentos sobre "Cargos Comissionados do Gabinete do Secretário; valores pagos a Título de Diárias para o Secretário; Chefe de Gabinete; Diretor Geral e demais ocupantes de Cargos Comissionados do Gabinete, e também valores pagos a título de despesas com combustíveis em viagens dos respectivos servidores". Ao Conhecimento dos Srs. Deputados interessados.

Sob o nº ATCC 4723/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pela Deputada Emilia Belinati à FUNDEPAR, pedindo esclarecimentos sobre "Construção e Reforma de Escolas em Londrina". Ao Conhecimento da Sra. Deputada interessada.

Sob o nº ATCC 4724/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier ao Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre "Sindicância feita no Hospital da Polícia Militar". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Indicações:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a Indicação de Membros para Comissão de Fiscalização.

Deputado ARLINDO TROIAN - Titular  
Deputado OSWALDO TREVISAN - Suplente  
Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Indicação de Membro para Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado ALCEU SWAROWSKI - Titular

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Indicação do Nobre Deputado Dalton Machuca para compor a Comissão Especial que procederá estudos relativos aos índices de participação dos municípios no resultado da arrecadação do ICMS.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, nesta Casa, indica como membro da Comissão Especial para estudo da questão relativa ao ICMS, criada por este Parlamento em agosto passado, o Senhor Deputado Estadual Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que os Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Deputado Algaci Túlio, titular e suplente respectivamente, para constituírem a Comissão Especial para estudos de questões relativas ao ICMS dos Municípios.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência na tramitação do

Projeto de Lei n° 37/93, que cria a Microrregião do Médio Noroeste do Estado do Paraná, com sede em Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 3630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 463/93 que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal que liga a BR-369 ao Município de Anahy.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 3634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, REQUER Regime de Urgência, após ouvido o douto Plenário, aos Projetos de Lei n° 324 e 327/93, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

( ) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 3685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o(s) Projeto(s) de Lei n°s 509/93, Mens. n° 055/93; 510/93, Mens. n° 056/93; 511/93, Mens. n° 057/93; todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 484/93, Mens. n° 052/93; que fala sobre a liberação do transporte coletivo intermunicipal.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 463/93, que cria a Lei Florestal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 3781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 301/93, de sua autoria que autoriza o Poder Executivo do Estado a implantar mini-penitenciárias regionais no Estado.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 284/93, de sua autoria, que dispõe sobre a proibição da caça no território do Estado, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 171/93, de sua autoria, que dispõe sobre percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência física, conforme dispõe o inciso VIII, do art. 27 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 449/93, de sua autoria, que dispõe sobre a proibição às escolas particulares de impedirem o acesso de alunos em débito com as mensalidades escolares e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 445/93, que autoriza o Poder Executivo do Estado a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 439/93, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a implantar o PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DE COMBATE À FOME no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 300/93, de sua autoria, que dispõe sobre a publicação no Diário Oficial do Estado, dos nomes dos devedores de multas decorrentes da poluição e degradação ambiental no Estado.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO Nº 3597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 285/93, de sua autoria, em decorrência de já existir legislação a respeito da maté-

ria nele proposta.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 077/93, que proíbe a fabricação, venda, transporte e a soltura de balões.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 3613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja anexado o Projeto de Lei n° 500/93, de autoria deste Parlamentar, ao Projeto de Lei n° 456/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora JUDITE ARAUJO LAJANOSKI.

Que do teor desse requerimento seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniaçu perde lamentavelmente uma das pessoas mais querida daquela sociedade.

A senhora Judite foi uma das pioneiras do município e que auxiliou no seu desenvolvimento e progresso, trabalhando junto com sua família, para o seu engrandecimento, onde deixa um sem-número de amigos e eternas saudades.

REQUERIMENTO N° 3592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao jornal "Indústria & Comércio", pelos seus 17 anos de existência.

Um jornal sério, que traz no dia-a-dia, notícias de interesse geral, identificando-se mais como um jornal político de grande destaque.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao jornal, em nome de

seus Diretores, Proprietários e Funcionários, sito à Rua Comendador Araújo, n° 126.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao 3° Encontro de Acadêmicos Paranaenses de Odontologia - ENAPO, a realizar-se entre os dias 30 de setembro a 02 de outubro, na cidade de Ponta Grossa.

O Encontro terá vários cursos, tais como: "Ortodontia Preventiva e Curativa em Pacientes Infantis". Haverá também palestras sobre: "Restaurações em Posteriores e Proteção Pessoal e Controle de Infecção", "Tratamento de Canais", "Bolsas Periodontais" e "Clareamento Dentário".

Requer ainda, que a decisão da Casa seja dada ciência aos organizadores do Encontro, sito na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Praça Santos Andrade, s/n.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3610

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Clube Literário de Curitiba, pela comemoração do seu 79° aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube Literário de Curitiba foi fundado em 18 de setembro de 1914, projetando-se, ao longo de sua história, como um dos mais tradicionais da Cidade de Curitiba.

Contando com grande quadro de sócios, o Literário é conhecido pelas promoções de qualidade que realiza, visando o lazer e o convívio social sadio de seus associados.

Dirigido atualmente pelo senhor Eduardo Flemming - pessoa conhecida de nossa sociedade - o Clube Literário continua desenvolvendo suas atividades, contando com o trabalho dos demais diretores e o trito apoio da família curitibana.

Pela marca alcançada - de 79 anos de existência - é que fazemos inserir, nesta data, o presente voto de congratulação ao tradicional Clube Literário de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 3618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulação à Diretoria da AVECAM - Associação dos Vendedores de Autos Novos e Usados de Campo Mourão, recém-eleita e com mandato até o ano de 1994.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência àquela Diretoria, através de seu ilustre Presidente, senhor JAIR MELO DE OLIVEIRA.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulação à Cooperativa Agrícola Mourãoense - COAMO, pelo recebimento, pela quarta vez, do troféu "GRANJA DO ANO", concedido pela Revista "Granja", e outorgados aos representantes da agropecuária brasileira que mais se destacaram no ano de 1992, como "Destaque no Segmento Cooperativista", pelo voto espontâneo e secreto de 40 mil leitores daquela revista.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao ilustre Presidente da COAMO, senhor José Aroldo Galassini.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3627

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pelo transcurso do aniversário de Emancipação Política do Município de Novo Itacolomi, que ocorreu no dia 28 do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência, através de expediente deste Poder Legislativo, às seguintes autoridades municipais: Prefeito Municipal, senhor Florindo Picoli; e Presidente da Câmara, Vereador Aécio Lourencini.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao Senhor Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, pelo posicionamento adotado favoravelmente quanto à revisão constitucional, quando da realização do Fórum Nacional de

Secretários de Justiça, realizado recentemente em Foz do Iguaçu.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário seja cientificado o Secretário José Tavares.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de congratulações pela vitória da chapa OPA Oposição dos Professores em Ação, encabeçada pelo Prof. Mário Sérgio.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos com a vitória expressiva da Chapa OPA - Oposição dos Professores em Ação encabeçada pelo companheiro Mário Sérgio, pessoa a qual, qualificamos da mais alta competência e seriedade, para a frente deste importante Sindicato desenvolver um grande trabalho, lutando por esta classe tão desprestigiada pelos últimos governos do Estado do Paraná.

Na certeza do pleno êxito de sua gestão, faz-se justo a homenagem por esta Casa de Leis.

Obs: Solicito o encaminhamento deste voto de congratulações ao Prof. Mário Sérgio.

REQUERIMENTO N° 3658

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido um voto de congratulação, ao corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, pelos seu 81° aniversário, a ser comemorado dia 8 de outubro próximo vindouro.

Os Bombeiros, são pessoas que merecem toda a consideração, por serem capazes de levar em conta o salvamento de uma pessoa em perigo, ou de apagar um incêndio, não se preocupando com os obstáculos que irão encontrar pela frente, muitos expõem sua vida para que a de outros seja salva.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Bombeiros do Paraná, em nome do Cel. QOPM Daniel Cesar Mainguê, Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sito à Rua Nunes Machado - 130, Centro, N/ Capital, e também ao Comandante do 2° Grupamento de Incêndio de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3659

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação a Seleção Brasileira Infanto-Juvenil Masculina de Volley-ball, por ter conquistado o tri-campeonato mundial na categoria, realizado na Turquia.

A seleção brasileira, foi comandada pelo técnico paranaense de Londrina, Perey Oncilen, que atua também como técnico da seleção do Paraná e duas vezes campeão do mundo como auxiliar técnico da Seleção Brasileira Juvenil.

O melhor atleta do mundo na categoria Infanto Juvenil, foi o paranaense Gilberto Godoy, de 16 anos. Ele iniciou sua carreira no Canadá Country Clube, transferiu-se para Curitiba, onde jogou pelo Círculo Militar do Paraná, onde foi eleito o melhor atleta do Paraná. No momento está jogando pelo Clube Curitibano.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Confederação Brasileira de Volley-ball, à Federação Paranaense, ao Canadá Country Clube, ao Clube Curitibano, ao técnico Perey Oncilen, ao atleta Gilberto Godoy, bem como aos demais integrantes da seleção.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pela passagem do seu 81° aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Coronel QOPM Daniel Cezar Maingué, Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, para que receba e transmita a todos os soldados da Corporação o reconhecimento da população através deste Deputado.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros do Paraná completará no próximo dia 08 de outubro, seu 81° aniversário.

A dedicação de todos aqueles bravos soldados que prestam relevantes serviços à população com suas constantes presenças, quer no combate a incêndios de florestas, de veículos, explosões, salvamento de pessoas e animais, desabamentos, alagamentos, soterramentos e outros casos de emergência sempre prontos a ajudar, a qualquer hora do dia ou da noite.

É justo portanto, que expressemos nossa gratidão a esses bravos soldados que

Curitiba, quarta, em 29.09.93

não medem esforços para aliviar o sofrimento daqueles que os procuram.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, em reconhecimento a tudo o que fazem e têm feito em prol da vida de cada cidadão e pela integridade do patrimônio comum, essa digna corporação, receba nossa homenagem na data que lhe é consagrada.

#### REQUERIMENTO N° 3721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os médicos do Paraná pela passagem do dia consagrado ao médico.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. José Fernando Macedo, Presidente da Associação Médica do Paraná, bem como ao Dr. Rogério Scheibe, Coordenador do Serviço Médico deste Poder, para que recebam e transmitam a todos os senhores médicos, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

"A alma do médico é uma ampla igreja onde vai ajoelhar-se e rezar a dor dos que sofrem".

É verdade.

Já se disse também que medicina é um sacerdócio e o médico é um dos raros profissionais que mesmo abraçando a carreira por amor e vocação, desempenha sua atividade com dor e sofrimento.

É verdade.

A vida do médico vocacionado é uma imolação contínua e permanente. Em cada nome, em cada história, em cada drama, resplandece uma lição. Cada história é um drama, cheio de emoções que se renovam, lágrimas que se repetem, sorrisos que recompensam todos os transtornos.

É verdade.

Um dia um poeta disse "que cada criança que nasce nos traz a certeza que Deus ainda confia nos homens". Da mesma forma cada médico que ascenda na escala de sua atividade nos deve reforçar a crença que temos médicos a quem confiar. Onde chega o médico, chega a solidariedade, a fraternidade, o amor ao gênero humano, a dedicação total de um ser a outro ser.

O médico, ungido de fé, sabe no interior de sua alma e no íntimo de seu coração, que somos todos iguais. Que a marca da dor não conhece raças, riquezas, posições.

Muito se tem falado e escrito sobre a abnegação do profissional da medicina,

sobre a doação e renúncia que a prática exige. Muitas merecidas homenagens e reconhecimento se tem prestado ao médico e seu complexo de difícil trabalho que é uma permanente peleja contra as forças superiores da própria natureza.

É preciso, no entanto, que se amplie esta homenagem lembrando as dificuldades impostas pelas estruturas sociais, pela desatenção e até pela indiferença dos governantes no que se relaciona com o trabalho do médico no atendimento da saúde pública. É uma discriminação, porque enquanto há tantos burocratas a quem são concedidos condições e tempo para uma tarefa não raro trivial, para aquele que tem a responsabilidade de cuidar da saúde do povo - que é em síntese a saúde da própria nação - as condições são negligenciadas.

No dia consagrado ao médico há uma excelente oportunidade para refletir sobre os percalços e dificuldades deste profissional. Não as dificuldades impostas pelo imponderável da vida, mas geradas pela incompreensão e pela falta de valorização mínima dessa grande tarefa. E mesmo com esses obstáculos a tarefa é levada ao melhor termo, com muito sacrifício, com muito maior doação, pois o médico supera aí não apenas as suas limitações diante das forças naturais como também ante a falta de apoio material.

É refletindo sobre estes aspectos que devemos transmitir a homenagem desta Casa representativa do povo, interpretando o anseio de tantas e tantas pessoas que gostariam de, no Dia do Médico deixar gravado um pleito de gratidão e reconhecimento aos médicos, no próximo dia 18 de outubro data que lhes é consagrada.

## REQUERIMENTO Nº 3722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Antonio Olinto pela passagem do seu 32º aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal José Cleomar Machiavelli, ao Vice-Prefeito José Ambrósio Soares da Veiga, bem como todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná cumprimentem a laboriosa população antonio-olintense.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Antonio Olinto no próximo dia 24 de outubro, estará completando seus 32 anos de emancipação política.

Na divisão territorial de 1936, Anto-

nio Olinto constava como povoado; porém a 31 de março de 1958 de acordo com a Lei nº 6667, foi elevado à categoria de Distrito, pertencente a Rio Negro, com a denominação de Divisa.

Pela Lei nº 7573 de 20 de outubro de 1938, voltou a denominar-se Antonio Olinto e passou a pertencer ao Município da Lapa.

Pela Lei nº 4245 de 25 de julho de 1960, foi elevado à categoria de Município, desmembrando-se da Lapa e sendo instalado oficialmente a 24 de outubro de 1961.

O Município de Antonio Olinto limita-se com os Municípios de São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Lapa e o Estado de Santa Catarina.

O clima apresenta-se quente no verão e frio, com incidência de geada, no inverno.

A área total do município é de 465 km<sup>2</sup>; os principais acidentes geográficos são, rios: Negro, Iguazu da Cruz e Mato Queimado.

Os principais grupos étnicos são: polonês (1895) e ucraino (1896).

Sua população dedica-se principalmente à agricultura e à pecuária.

A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Antonio Olinto já conquistou, ao longo de seus 32 anos, com trabalho e dedicação e o respaldo de seus representantes assim como a colaboração de toda a comunidade, irá se transformar satisfatoriamente numa realidade.

Na significativa data - 24 de outubro, que marcará o 32º aniversário de Antonio Olinto, toda a população merecerá nossa homenagem e reconhecimento.

## REQUERIMENTO Nº 3739

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido um voto de congratulação à 11ª Festa do Colono, a ser realizada dia 3 de outubro, no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa.

A festa é coordenada pela Associação de Produtores Rurais da Grande Guaragi e pelo Clube Esportivo Guaragi. Esta festa sempre tem uma grande participação da população do meio urbano e do meio rural, de Ponta Grossa, e de outros municípios vizinhos.

O local de sua realização, é na sede social do Clube Esportivo Guaragi, onde tem um lindo bosque, formado por mata nativa e que constitui-se numa atração para as mais de 5 mil pessoas que todos os anos ali comparecem.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Associação de Produtores Rurais da Grande Guaragi, e ao Clube Esportivo Guaragi no Distrito de Gua-



rági, Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, pela passagem do seu 39° aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. João Carlos Cascaes, Diretor Presidente, aos demais Senhores Diretores Antonio Otelio Cardoso (Engenharia e Construções), José Ivan Morozowski (Diretor de Operação), Luiz Fernando Ciscato (Diretor de Distribuição), Gilberto Serpa Griebeler (Econômico Financeiro) e Gino Azzolini Neto (Dir. Administrativo) para que recebam e transmitam aos funcionários e colaboradores, o reconhecimento deste Poder e ao Governador Roberto Requião como atestado de competência administrativa.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Há 39 anos, o Paraná começava a solucionar um dos seus maiores problemas; o da falta de um sistema de energia elétrica capaz de sustentar o processo de industrialização e diversificação da economia, e de tornar acessível à população um benefício essencial para a melhoria da qualidade de vida. Em 26 de outubro de 1954, o então Governador Bento Munhoz da Rocha Netto assinava o Decreto n° 14.947 criando a COPEL - Companhia Paranaense de Energia, com a missão de rapidamente implantar a infra-estrutura energética de cuja falta se ressentia o Estado.

Nessa época, o Paraná era servido por sistemas isolados, cuja abrangência limitava-se a algumas poucas cidades, e que eram propriedade de empresas particulares - muitas de capital estrangeiro. Com interesses tão localizados, era impossível então pensar num sistema elétrico verdadeiramente estadual, onde regiões de grande potencial hidroenergético pudessem transferir ao restante do Paraná a eletricidade ali produzida. Com sede e administração em outros estados, as empresas elétricas da época, além de distantes da realidade e necessidade do Paraná, enfrentavam problemas como o esgotamento da capacidade de expansão e insuficiências de caixa. Além disso, a maior parte da energia gerada era proveniente dos custosos motores a diesel, o que certamente inviabilizava grandes investimentos no reforço e ampliação dos sistemas elétricos.

Curitiba, quarta, em 29.09.93

Preso a essa realidade, o poder público via-se diante de um sério obstáculo nos planos de crescimento econômico e social traçados para o Estado. E coube à COPEL a tarefa de superá-lo.

Entre outras obras realizadas pela COPEL, que tantos destaques temos confirmado, vemos a Usina Hidrelétrica de Segredo funcionando desde o dia 29 de outubro de 1992, quando entrou em operação o primeiro dos quatro grupos turbogeradores de 315 megawatts de potência.

Segredo foi construída no Rio Iguaçu, na divisa dos Municípios de Manguaçu e Pinhão. A principal característica do aproveitamento é o baixo custo do quilowatt instalado, o menor custo dentre os projetos elétricos em execução no País. A privilegiada topografia, permitindo usinas de grande potência com reservatórios relativamente pequenos, foi um dos fatores fundamentais na viabilidade econômica da usina que é a quarta no curso do Rio Iguaçu. As demais, todas em operação são: Foz do Areia (maior do sistema gerador da COPEL com 1.674 megawatts), Salto Osório com 1.050 megawatts e Salto Santiago com 1.332 megawatts.

Hoje a COPEL já preparou o início de outra grande hidrelétrica no mesmo rio: a Usina Caxias para operação prevista para fins de 1998 com potência prevista em 1.000 megawatts. Os primeiros passos já foram dados com a licitação para a elaboração do estudo de impactos ambientais e dos projetos de engenharia da nova central. Caxias está localizada no sudoeste paranaense, na divisa de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu.

Estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira paranaense no templo do progresso graças ao Governador Roberto Requião e toda a equipe da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa, congratulando-se com a Direção da COPEL e todo o seu corpo de auxiliares, pela passagem do seu 39° aniversário, como atestado de que o seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 3767

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário um voto de congratulações ao Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho que foi designado pelo Presidente da República para integrar uma Comissão Especial que tem finalidade de identificar propostas de interesse fundamental do País, tendo em vista o processo de revisão constitucional.

Sala das Sessões, em 29.09.93.



(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial da União de 31 de agosto próximo passado, publicou a designação do Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, para integrar a Comissão Especial que visa identificar propostas de interesse fundamental do País, tendo em vista o processo de revisão Constitucional.

O Mestre paranaense é hoje uma das maiores autoridades em Direito do nosso País.

Com essa designação, o Paraná conquista mais um ponto na esfera federal, juntamente com Milton Pereira no STJ e José Eduardo Vieira no Ministério da Indústria e Comércio.

## REQUERIMENTO N° 3790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Luiziana, que transcorre no próximo dia 25 de setembro.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, Senhor Santo Monegat.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 3803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações pelo 26° aniversário do município de Nova Aurora, e que seja dado conhecimento da proposição em apreço ao Senhor Aurélio Regazzo, Prefeito do Município.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa a passagem de mais um ano de emancipação política de Nova Aurora, que com firmeza vem suportando os desafios da atual conjuntura econômica que atinge duramente os municípios.

E é na pessoa do médico Dr. Aurélio Regazzo, seu Prefeito, que cumprimos o município e aquele povo honrado que tem lutado incansavelmente para mantê-lo sempre pujante.

Desejamos que aquela administração municipal tendo a sua frente um homem honesto e competente, permaneça levando à população benefícios que venham melhorar a qualidade de vida daquela sociedade e que

o desenvolvimento e o progresso estejam em todo o tempo presentes no município.

## REQUERIMENTO N° 3805

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo voto de congratulações ao Jornal da Barreirinha, pela comemoração do 4° aniversário de sua fundação, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Apesar da crise econômica por que atravessa o País, o Jornal da Barreirinha completou quatro anos de existência. Exatamente no mês de agosto de 1989, quando saiu a primeira edição, iniciou-se um importante trabalho, voltado para a comunidade da Vila Santa Efigênia e adjacências, nesta Capital. Por iniciativa do líder comunitário Luiz Gonzaga dos Santos, o jornal tinha como objetivo original divulgar as festas e atividades das associações e igrejas do bairro. Com o passar do tempo, o jornal cresceu e hoje é um importante veículo de comunicação.

Abordando assuntos ligados a religião, política e notas comunitárias, o tablóide chega gratuitamente à casa dos moradores, mensalmente. Através de quatro mil exemplares, todos se beneficiam dos seus serviços.

Importante iniciativa no campo da ação comunitária, prestador de serviço de utilidade pública, o Jornal da Barreirinha merece os cumprimentos deste Poder Legislativo por ocasião da comemoração do seu quarto aniversário de fundação.

## REQUERIMENTO N° 3703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, depois de ouvir o soberano Plenário, a consignação nos Anais deste Poder, de voto de louvor ao Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.

Requer ainda que seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

O Presidente da República, Dr. Itamar Franco, instituiu, em 30 de agosto do corrente, Comissão Especial com a finalidade de identificar propostas de interesse fundamental para a Nação, tendo em vista o processo de revisão constitucional previsto no art. 3° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Entre os ilustres Membros desta Comis-

são, consta o nome do Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, que desta forma, eleva cada vez mais o conceito do Paraná entre os juristas do País.

REQUERIMENTO N° 3709

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após manifestação do Plenário, REQUER à Mesa, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que Sua Excelência se digne a determinar à Secretaria competente que seja estudada a possibilidade de reimplantação da Agência de Rendas na municipalidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Considerando que Sarandi é o 2° município em arrecadação dos municípios que fazem parte da Microrregião 09, o que por si só justifica a presente solicitação, que objetiva proporcionar um atendimento à altura das reais necessidades da população.

REQUERIMENTO N° 3726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de um "fax" ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando sua interferência junto ao Ministro dos Transportes e outras autoridades, para a conservação da BR-277, trecho Curitiba/Paranaguá e vice-versa, com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Embora a responsabilidade seja unicamente do Governo Federal, o Paraná não pode se omitir, com relação à Rodovia BR-277, trecho Curitiba/Paranaguá e vice-versa, que está intransitável.

Nas duas pistas, são crateras e mais crateras, e diariamente vêm ocorrendo acidentes com vítimas, tornando-se na atualidade, uma viagem por essa estrada, uma autêntica AVENTURA, um salto no escuro...

Essa rodovia é essencial para o desenvolvimento econômico do nosso Estado, em função de ser a principal via de acesso ao Porto de Paranaguá, e por essa razão nos preocupa o estado lastimável que se encontra, onde não é mais possível trafegar.

Já encaminhamos expediente ao Ministro dos Transportes, ao Diretor Geral do DNER, e até mesmo a Sua Excelência o Presidente Itamar Franco, solicitando providências a respeito.

No entanto, é preciso unir as forças,

e assim solicitamos que, com a devida urgência, seja enviado um "fax" ao Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando providências urgentes a respeito da BR-277, trecho Curitiba/Paranaguá e vice-versa.

REQUERIMENTO N° 3604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Viana Artigas, Digníssimo Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, solicitando a doação de uma viatura para uso da sub-Delegacia do Distrito de Guaragi - Ponta Grossa.

A solicitação fundamenta-se na enorme dificuldade que os policiais vêm enfrentando para desempenhar suas atividades, visto que não possuem nenhuma viatura para se locomoverem para localização de pessoas, intimação, atendimento de ocorrências, etc., dependendo exclusivamente da ajuda de terceiros, os quais, gentilmente, cedem seus carros e fazem doações de combustíveis para que os policiais possam desenvolver seu trabalho.

Outrossim, salientamos que, apesar das dificuldades, esta sub-Delegacia - em razão de sua localização - vem prestando grande contribuição à Delegacia de Teixeira Soares e, a doação de um veículo - mesmo que usado - dará condições para que os policiais efetuem, mais rapidamente, o seu objetivo maior: promover a segurança da população.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 3605

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de Curso de 2° grau de Magistério no Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, de Maringá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, de Maringá, está situado numa das regiões mais populosas de Maringá (cerca de 50 mil habitantes), e funciona como colégio de 2° grau há vários anos, oferecendo, no momento, a habilitação de Educação Geral.

A implantação do Curso de Magistério

se faz necessária, em razão de que as escolas estaduais que oferecem esses cursos estão distantes desse bairro (cerca de 10 quilômetros), e não há por perto qualquer escola particular que ofereça essa modalidade de ensino.

A procura tem sido grande, tendo em vista também que o ensino fundamental está sendo municipalizado, e a condição de ingresso na carreira de professor é a habilitação em Curso de Magistério, a nível de 2º grau de ensino.

## REQUERIMENTO Nº 3652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião e ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a doação de uma ambulância para a Prefeitura Municipal de Ortigueira.

A doação de uma ambulância para a utilização da assistência social da Prefeitura de Ortigueira iria beneficiar um grande número de famílias carentes que necessitam de tratamento de saúde e não têm como se locomover.

O município possui 2.394.844 km<sup>2</sup> de extensão, com uma população superior a 60.000 habitantes, sendo que a grande maioria reside na zona rural e é constituída por pequenos agricultores.

A Prefeitura Municipal enfrenta dificuldades para transportar os doentes, que não podem se locomover em transporte coletivo ou em veículos de passeio, da área rural para os hospitais da sede do município ou, os casos mais graves que necessitam de atendimento especializado, para os hospitais da Capital paranaense.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência a Excelentíssima Senhora Marlene Mattos, Digníssima Prefeita Municipal de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO Nº 3653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião Mui Digno Diretor Presidente da FUNDEPAR, solicitando reparos e substituição das instalações hidráulicas da Escola Estadual "Gil Ferreira Stein" - Ensino de 1º Grau, de Ivaí/Pr.

Esse estabelecimento de ensino possui um considerável número de alunos entre 7 e 14 anos e, a viabilização dessa obra é ne-

cessária e urgente em razão do estado precário em que se encontra a rede hidráulica da Escola que, conforme recomendações da Secretaria de Estado da Saúde "deverão ser providenciadas o mais rápido possível pois os usuários correm sérios riscos de contaminação via hídrica".

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Ozil Neiverth à Rua Rui Barbosa, 632 - Ivaí/Pr e à Direção da Escola Estadual "Gil Ferreira Stein" - Ensino de 1º Grau à Rua Bruno Estrífica, 281 - Ivaí/Pr.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO Nº 3654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião, Mui Digno Presidente da FUNDEPAR solicitando a viabilização de construção de 04 salas de aula, laboratório, depósito de material de Educação Física, adaptação dos ambientes administrativos, cozinha e dispensa existentes no prédio da Escola Estadual Dr. Tancredo de Almeida Neves - Ensino de 1º Grau, no Bairro dos França - Município de Ortigueira/Pr.

Saliento que é uma reivindicação antiga da Escola e dos moradores da localidade, pois, além de possibilitar a implantação do 2º grau, beneficiando um grande número de adolescentes que residem nas proximidades, ofereceria aos seus alunos um ensino qualificado em uma Escola com espaço físico adequado, contribuindo ainda mais, para a melhoria do nível do ensino paranaense.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência a Excelentíssima Senhora Marlene Mattos, Digníssima Prefeita de Ortigueira e à Direção da Escola Estadual Dr. Tancredo de Almeida Neves - Ensino de 1º Grau - Bairro dos França - Ortigueira/Pr.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO Nº 3708

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após manifestação do soberano Plenário, REQUER à Mesa, o encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que, através da Secretaria de Estado da Saúde, mediante avaliações, estude a possibilidade de oferecer maior apoio ao setor, na municipalidade de São Jorge do Ivaí.

A constatação de que o setor de saúde do Município de São Jorge do Ivaí, notadamente no que tange aos organismos de atendimento ao público, não tem uma estrutura compatível com suas verdadeiras necessidades, e, podem muito bem ser sentidas quando se trata da questão da cota de remédios ou de equipamentos em especial.

Uma vez em se tratando de importante reivindicação, que não somente representa o interesse do Excelentíssimo Senhor - Dr. Herminio Maçamiti Takatuji - Digníssimo Prefeito daquele município, mas de interesse da população de um modo em geral, é que é apresentada esta solicitação, onde se espera dessa Secretaria de Estado da Saúde, a verificação de tal problema e, conseqüentemente, o encaminhamento de medidas cabíveis.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

#### REQUERIMENTO N° 3710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Comissão Executiva desta Casa, o encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Moacir Favetti - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de viabilizar a doação de uma viatura equipada, para a Delegacia de Polícia do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pese haver sempre a predisposição dos responsáveis pela Segurança Pública, a população de Sarandi está a reivindicar melhores condições para que a polícia opere através de ações preventivas e de combate ao crime e pela manutenção da ordem pública.

Nesse sentido, uma das providências que necessitam ser tomadas diz respeito ao aumento da frota de veículos policiais, uma vez que, com um quadro ampliado, tornar-se-á mais eficiente o trabalho no setor.

Dentro do espírito democrático que vem norteando a política estadual, não se concebe que um município como o de Sarandi (50.000 habitantes/Censo 91) venha a permanecer na atual situação em que se encontra.

#### REQUERIMENTO N° 3712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa, o envio de solicitação oficial ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que seja feito

Curitiba, quarta, em 29.09.93

estudo de viabilidade de aumento da cota de combustível para a Polícia Militar de Sarandi.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Em todo território do Estado, cresce a onda de violência, perturbando a paz e a tranqüilidade pública.

Objetivando dar à Polícia Militar meios de realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo, conseqüentemente, tranqüilidade àquela população, é de vital importância a adoção de medidas que possibilitem proporcionar um trabalho à altura das reais necessidades da população.

#### REQUERIMENTO N° 3713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde - Dr. Nizan Pereira, encarecendo maior apoio ao setor de assistência social na municipalidade de Sarandi, com a destinação de maior cota de remédios, ante o crescimento do número de pessoas que procuram os postos de saúde, e que precisam deste tipo de atendimento, notadamente as de menor poder aquisitivo.

Deste modo, que essa pasta, dentro da possibilidade, determine o auxílio esperado, proporcionando um atendimento à altura das reais necessidades da população.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

#### REQUERIMENTO N° 3714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DER/9° Distrito Rodoviário - o mais veemente apelo no sentido de que, com a máxima urgência, sejam realizados estudos objetivando a colocação de sinaleiros e redutores de velocidade no trecho da Estrada BR-376, nas imediações dos acessos ao Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é decorrente dos inúmeros apelos feitos por lideranças políticas locais, e tem como objetivo a tomada de medidas que possibilitem ao mencionado trecho oferecer reais condições de segurança aos usuários e a população em geral.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa Estadual, REQUER, após manifestações do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar à Secretaria competente que estude a possibilidade de se autorizar as linhas de ônibus intermunicipais em especial as da Região Norte e Noroeste, a se utilizarem da Estação Rodoviária de Sarandi como terminal de embarque e desembarque de passageiros.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

As ligações rodoviárias que unem as regiões produtoras e fornecedoras de mão-de-obra rural devem ser prioritárias.

As tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem suas raízes naquela região, e Sarandi, com seu crescimento vigoroso e administrativo por homens de grande responsabilidade político-social, consolida-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvida daquela importante região.

Considerando que Sarandi conta com apenas nove anos de emancipação política e, foi o município que apresentou o maior índice de crescimento, sendo hoje o 30° município do Estado.

Considerando que Sarandi é um município populoso (Censo de 1991: 50.000 habitantes) e é o 2° município em arrecadação da Microrregião 09, espera-se por parte do Governo do Estado a tomada de medidas capazes de assegurar a concretização da solicitação, como justo reconhecimento a uma população que sempre soube estar na linha de frente da luta pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico de uma importante região do nosso Paraná.

REQUERIMENTO N° 3711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil Deputado Caio Quintana, solicitando-lhe que no Plano de Investimentos do Governo do Estado do Paraná, seja colocada como prioridade desta Pasta ao Município de Dr. Camargo a doação de um veículo utilitário modelo Kombi ou similar, cuja finalidade será a transporte de escolares portadores de deficiência física.

A APAE - Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais de Doutor Camargo, enfrenta, atualmente, diversas dificuldades em termos de locomoção de seus assistidos, tendo em vista não existir condução disponível, sendo obrigados a se deslocarem através de veículo fretado, fato este, gerador de grandes gastos, sendo injusto tal prática e principalmente por ser incompatível com os recursos da APAE.

Pelas razões expostas, é importante que essa Pasta dê o devido encaminhamento voltado fundamentalmente para a eliminação da situação vivida por aquela Comunidade.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 3795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, oficiar à Secretaria da Administração solicitando prorrogação de prazo para opção pelo Regime Estatutário aos empregados da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para 31.12.93.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da Lei Estadual n° 10219/92, a aplicação da mesma aos empregados da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ficou condicionada a opção pelos funcionários até a data de amanhã, 30.09.93, de acordo com documento firmado entre o Sindicato de Categoria e a Administração Portuária. Acontece que, o prazo é exíguo, uma vez que a categoria portuária é muito complexa em relação ao quadro de pessoal, pois a mesma possui Quadro Próprio - Dec. Estadual 7447/89. Assim, tendo recebido vários pedidos de empregados que atuam naquele Porto, solicito seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração pedido no sentido de PRORROGAR o prazo para exercer o direito de opção para a data de 31.12.93, prazo esse que será suficiente ao esclarecimento das questões com relação aos direitos e vantagens adquiridos pelo Quadro Próprio, bem como ao Governo do Estado do Paraná adequá-lo aos optantes pelo Regime Estatutário.

REQUERIMENTO N° 3594

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando que seja estudado um aumento salarial para os policiais civis e para o funcionalismo em geral.

O aumento de 20% para os policiais ci-

vis foi insatisfatório, visto que a classe apresenta uma defasagem de 400%.

O salário do policial paranaense é um dos mais baixos em todo o país, superando o vencimento do investigador baiano que recebe, atualmente um salário mínimo.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor Rogério Tizzot, solicitando a Construção de uma ponte sobre o Rio Cachoeira, na localidade de Cachoeira, município de Antonina.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro do processo, de melhoramentos introduzidos pela Administração Municipal em Antonina, encontra-se a realização de um trabalho assíduo na recuperação das estradas que interligam a zona rural com o perímetro urbano.

De anos, os produtores da região reclamam a necessidade da construção de uma Ponte sobre o Rio Cachoeira na localidade de Cachoeira, cuja iniciativa virá beneficiar milhares de pessoas, que assim terão uma alternativa na retirada de seus produtos agrícolas.

Os recursos financeiros, da Prefeitura Municipal são poucos para realizar as suas expensas essa importante obra rodoviária, por essa razão solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Doutor Rogério Tizzot, Diretor Geral do DER/Pr., solicitando a Construção de uma Ponte sobre o Rio Cachoeira, na localidade de Cachoeira, município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 3598

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER envio de expediente oficial parabenizando o Comandante da Polícia Militar do Paraná Cel. QOPM. Miguel Arcanjo Capriotti e o Comandante da Polícia do Interior CEL. QOPM. Eugenio Semer pelas atividades preventivas e educativas desenvolvidas na Semana Nacional do Trânsito.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná vem desenvolvendo várias atividades de prevenção e educação junto a comunidade paranaense sobre o problema "trânsito".

Demonstrativos estatísticos nos faz

afirmar que o trânsito mata mais que o câncer e com atitudes e ações como as desenvolvidas pela Polícia Militar certamente irão sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de maior atenção a este grave problema que se agrava cada dia.

REQUERIMENTO N° 3599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor Rogério Tizzot, solicitando a Construção de uma Ponte sobre o Rio Cotia, na localidade de Bairro Alto, município Antonina.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro do processo de melhoramentos introduzidos pela Administração Municipal em Antonina, encontra-se a realização de um trabalho assíduo na recuperação das estradas que interligam a zona rural com o perímetro urbano.

De anos, os produtores da região reclamam a necessidade da construção de uma ponte sobre o Rio Cotia, na localidade de Bairro Alto, cuja iniciativa virá beneficiar milhares de pessoas, que assim terão uma alternativa na retirada de seus produtos agrícolas.

Os recursos financeiros, da Prefeitura Municipal são poucos para realizar as suas expensas essa importante obra rodoviária, por essa razão solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Doutor Rogério Tizzot, Diretor Geral do DER/Pr., solicitando a Construção de uma ponte sobre o Rio Cotia, na localidade de Bairro Alto, município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 3600

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário da Educação, Sr. Elias Abrahão, solicitando que seja feito um convênio entre a Secretaria e o Município de Ponta Grossa, para que seja implantada em Ponta Grossa a Escola Rural para deficientes.

Esta escola ajudaria no desempenho de mongolóides, autistas, assim por diante, mas somente com uma estrutura adequada haverá condições, evitando a marginalidade para com os jovens deficientes.

A obra teria 600m<sup>2</sup>, com salas de aula, de desenvolvimento físico, dormitórios, gabinetes para atendimento médico e odontológico e obviamente a parte rural com hortas, etc.

Esta escola será um auxílio básico para as centenas de famílias que têm filhos

deficientes no Município.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3601

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Transportes, Sr. Mário Pereira, solicitando que sejam executadas melhorias no acesso ao Distrito Industrial de Ponta Grossa.

A área necessita também de uma segura e eficiente sinalização, objetivando evitar acidentes e garantir integral segurança no trânsito de veículos de carga e passageiros que demandam do Distrito ou que utilizam a rodovia nos dois sentidos.

As melhorias, devem ser feitas na melhor forma que se ajuste aos interesses da Administração Pública e dos usuários considerando ser a Rodovia uma ER, sujeita a normas do DNER.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3602

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, Dr. Nizan Pereira, solicitando que sejam destinados recursos e auxílios para 1ª Semana da Saúde, que será realizada no município de Inácio Martins, de 18 a 23 de outubro do corrente ano.

Neste evento haverá barracas de prevenção contra várias doenças, inclusive com vacinação e tiragem de sangue. Ao longo da semana, também haverá palestras abordando vários assuntos.

Esta programação, poderá alertar as pessoas que tenham alguma doença e não saibam, bem como auxiliar os enfermos que poderão ter problemas graves de saúde no futuro.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3603

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da SANEPAR e da COPEL, Stênio Sales Jacob e Francisco Luiz Sibut Gomide respectivamente, solicitando que a cobrança das faturas de luz e de água de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, sejam efetuadas entre os dias 1º e 5 de cada mês, e preferencialmente no mesmo dia.

O alicerce desta reivindicação é o fa-

to de que a maioria das pessoas que pagam essas faturas, recebem seus salários nos primeiros dias do mês. Este problema afeta principalmente a classe pobre que além de ganhar pouco tem que efetuar o pagamento com atraso, diminuindo mais seu salário, visto que as faturas são cobradas em datas que o trabalhador não tem dinheiro.

Esta solicitação se atendida, beneficiará a todos, inclusive a SANEPAR e a COPEL, que poderão receber um número maior de faturas em dia.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3609

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia Paranaense de Saneamento, SANEPAR, solicitando providências para a imediata regularização do abastecimento de água no Jardim Tamboara, Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se em função das inúmeras reclamações recebidas por este parlamentar de moradores do Jardim Tamboara, em Almirante Tamandaré. As reclamações decorrem das constantes interrupções de abastecimento de água naquela localidade, o que gera inúmeros transtornos à população, desde a preparação de alimentos até a conservação dos padrões de higiene necessários à saúde pública.

Atualmente, segundo os moradores, o abastecimento se encontra interrompido e a normalização levaria até sessenta dias, conforme informação recebida junto à SANEPAR. Tal prazo é inconcebível, diante do que requeremos, imediatas providências da SANEPAR para imediata regularização do abastecimento de água no Jardim Tamboara.

#### REQUERIMENTO N° 3611

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à TELEPAR, solicitando a instalação de três telefones públicos na comunidade Jardim da Ordem, bairro Tatuquara, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 20 de setembro, a Comissão de Segurança Pública desta Assembleia Legislativa esteve reunida com autoridades públicas na comunidade Jardim da Ordem, a



fim de discutir os graves incidentes de segurança pública que vêm ocorrendo naquela região de nossa Capital.

Naquela reunião verificamos que há apenas um telefone público, instalado junto à Escola Municipal Gleba da Ordem que, constantemente é alvo de atos de vandalismo. Quando isto ocorre, os moradores do Jardim ficam completamente impossibilitados de acionar os órgãos de segurança pública. Estes dados, aliás, podem ser confirmados junto às autoridades da Polícia Militar que se fizeram presentes à reunião.

A instalação dos telefones é medida de vital importância para, somada às demais que serão adotadas pelas autoridades de segurança pública, conter os índices de violência que vem assolando a população do Jardim da Ordem.

Além disso, é grande o número de moradores da localidade, que em outras espécies de emergências, têm dificuldades para comunicação telefônica em função da existência de apenas um aparelho público na região.

#### REQUERIMENTO N° 3612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Ilustríssima Senhora, Maristela Requião, coordenadora do PROVOPAR, solicitando a doação de móveis para o Juizado de Pequenas Causas, no Município de Inácio Martins.

Tal solicitação faz-se devido a necessidade de dotar o município dos meios básicos essenciais para melhor atender a população.

No aguardo de sua aquiescência, agradecemos.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando a doação de equipamentos e aparelhos hospitalares, para o Hospital de Caridade de Irati.

Desde há muito, este hospital que tão relevantes serviços presta à coletividade de uma região de sete municípios que somam uma população estimada de 170.000 habitantes, com um corpo clínico composto de 27 médicos, o que exige investimentos em equipamentos e instrumentos, para o melhor atendimento à população.

Curitiba, quarta, em 29.09.93

No aguardo de sua aquiescência, agradecemos.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3616

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Congresso Nacional brasileiro, com cópia para todos os Deputados e Senadores que o integram, solicitando posicionamento contrário à revisão da Constituição Federal neste ano, conforme discussão e encaminhamentos em curso na principal Casa legislativa da Nação.

Faz parte integrante do presente requerimento o posicionamento desta Assembleia Legislativa para que antes da revisão constitucional se proceda a regulamentação de dispositivos constitucionais que estão a exigir legislação complementar.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Numa simples análise da atual Constituição Federal, verifica-se que pelo menos 200 dispositivos constitucionais carecem de regulamentação, com conseqüências preocupantes para o ordenamento jurídico nacional. As mudanças constitucionais não podem ser promovidas ao sabor das mudanças conjunturais, como se pretende neste momento, com o objetivo de suprimir direitos arduamente conquistados pela população brasileira, muitos dos quais sequer chegaram a ser efetivados por falta de legislação complementar.

É preciso salientar também, que o atual Congresso Nacional não foi eleito para revisar a Constituição Federal, com sua eleição tendo passado ao largo dessa discussão. Assim, a revisão, colocada neste momento, se constitui num violento golpe contra o próprio processo constituinte que culminou com a aprovação da atual Carta Magna, em que pese todas as distorções e vícios nela inseridos.

Se não há como negar a necessidade de uma revisão constitucional no sentido de aperfeiçoar os direitos populares nela inseridos, também nada indica a necessidade de que o processo para esse fim seja instalado de forma apressada e extemporânea, o que só faz recair dúvidas sobre a intenção daqueles que pretendem uma revisão imediata à margem da participação da população.

#### REQUERIMENTO N° 3625

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Euclides Alcides Rocha, DD. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.<sup>a</sup> (nona) Região, apoiando o nome do Sr. Paulo Setsuo Nakakogue para a Vaga de Juiz Classista, como representante dos empregados para a Junta de Conciliação e Julgamento de Araucária-Pr subordinada a esse Tribunal Regional do Trabalho.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Paulo Setsuo Nakakogue é Consultor, administrador de empresa, diretor do SINAEF. Sindicato dos Administradores do Estado do Paraná, teve o seu nome aprovado em Assembléia da sua Categoria, em vista de ser um profissional de alto conceito e ilibada conduta junto a Classe de Administração e de Informática.

REQUERIMENTO N° 3628

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Transportes, Sr. Mário Pereira e ao Diretor do 9° Distrito do DNER, Sr. Celso Fernando Ribeiro, solicitando que sejam arrumados os dois pontos críticos da BR-277, abaixo citados:

I - Saída de Curitiba junto à passagem de nível que liga o Distrito Industrial - Santa Felicidade, há uma saída à direita, em curva elevada para quem vem pela Rodovia sentido Ponta Grossa, tem que tomar o rumo à direita (Santa Felicidade), encontrará esse acesso, sem qualquer sinalização com um ponto em desnível que tem ocasionado grande número de acidentes noturnos especialmente, confirmados pela Polícia da Rodovia;

II - Outro ponto de difícil e perigosa utilização é a demanda do acesso à BR-277 (Relógio) com seu entroncamento com a BR-373. Ali a singeleza do sistema de rodovia adotado coloca em risco a segurança de veículos e passageiros, necessitando um estudo que dê melhor condição de acesso às duas rodovias que dividem, ali, grande parte da carga pesada direcionada ao centro do Paraná, São Paulo e Paranaguá.

Esses dois problemas se forem solucionados, darão tranquilidade e segurança, para os usuários deste sistema rodoviário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências Governador do Estado e Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania em que se recomende a instituição de tabela de honorários dos serviços advocatícios de assistência judiciária prestados aos que comprovarem carência de recursos, conforme documentos instrutores em anexo.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 127 da Constituição Estadual consagra a Defensoria Pública instituição essencial à função jurisdicional, como tal entendida a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados.

O presente requerimento limita-se a recomendar ao Poder Executivo a instituição de tabela de honorários dos serviços de assistência judiciária prestados pelos advogados designados aos que comprovarem carência de recursos. Cuida, portanto, de propor a reconceituação da natureza dos serviços de assistência judiciária aos necessitados.

Com efeito, trata-se de reconceituar a própria natureza dos referidos serviços, pois os profissionais designados para a prestação de assistência judiciária aos necessitados são ditos advogados dativos, isto é, não fazem jus, entre nós, a nenhuma remuneração.

Contrasta o tratamento conferido aos advogados dativos com a profissionalidade de todos os demais serviços jurisdicionais. De um lado, tem-se a magistratura, incluído o Ministério Público, e as atividades de Polícia Judiciária - todas profissionalizadas - e, de outro, no campo dos necessitados, os advogados dativos - não-profissionalizados e desprovidos da necessária segurança para a prestação dos serviços advocatícios.

Liga-os ao cliente necessitado a compulsoriedade da designação judicial e a natureza humanitária da atividade prestada, não raras vezes insuficientes para conformar a prestação do melhor e mais diligente serviço advocatício, ambos aspectos insistentemente reclamados na assistência judiciária gratuita.

Por óbvio, a execução do modelo paulista pode fazer-se pelo próprio Estado, sem a interveniência de terceiros da sociedade ou então com a concorrência de outros organismos governamentais e não-governamentais que não a representação profissional no Estado. Em síntese, põe-se como fundamental a idéia.

Inspirada na experiência do Estado de São Paulo, o mérito da presente recomenda-

ção parece estar na profissionalização dos serviços de assistência judiciária aos necessitados, em limites absolutamente razoáveis para os interesses da sociedade em geral e sem os riscos que resultariam de introduzir numerosa corporação de defensores no aparelho de Estado.

REQUERIMENTO N° 3636

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de São José dos Pinhais.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3637

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Rio Branco do Sul.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Curitiba, quarta, em 29.09.93

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3638

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Quatro Barras.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3639

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Piraquara.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3640

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Curitiba.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes

e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3641

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Contenda.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3642

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Colombo.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

**REQUERIMENTO N° 3643**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Campo Largo.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Pa-

raná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

**REQUERIMENTO N° 3644**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Campina Grande do Sul.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

**REQUERIMENTO N° 3645**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Bocaíuva do Sul.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a

construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO Nº 3646

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Pinhais.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO Nº 3647

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legisla-

tivo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Balsa Nova.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO Nº 3648

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Araucária.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares,

as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3649

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Almirante Tamandaré.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3692

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Paranaguá.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3693

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Adrianópolis.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3694

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Antonina.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

**REQUERIMENTO Nº 3695**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Morretes.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes

e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

**REQUERIMENTO Nº 3696**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Cerro Azul.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

**REQUERIMENTO Nº 3697**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Guaraqueçaba.



Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3698

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Guaratuba.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Pa-

raná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3699

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Matinhos.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

REQUERIMENTO N° 3700

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Tunas.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a



construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO Nº 3701

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Itaperuçu.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO Nº 3702

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legisla-

tivo à Secretaria de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a construção de 02 (duas) quadras poliesportivas, através do projeto Nossa Quadra, no Município de Lapa.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala da Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Desenvolvido pela Secretaria Estadual de Esportes e Turismo em conjunto com a Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, o projeto Nossa Quadra realiza a construção de quadras poliesportivas, cobertas e iluminadas, anexas a estabelecimentos educacionais.

Recentemente verificamos, pelo relatório de atividades da Secretaria de Esportes e Turismo que nenhum município da Região Metropolitana de Curitiba ou do Litoral do Paraná foi atendido com o projeto.

Ideal para a prática da educação física, tão necessária aos nossos escolares, as quadras serviriam também para atividades desportivas e de lazer na comunidade em questão.

Temos certeza de que um contato entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná e o Prefeito Municipal da localidade em questão viabilizará, da melhor forma possível, a conquista ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO Nº 3650

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, acompanhando o Ofício nº 00376/93, de 30 de agosto próximo passado, da lavra do Sr. José Mascarenhas Filho, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, do Ministério dos Transportes, e solicitando estudos e providências para que, na Revisão Constitucional a ser realizada pelo Congresso Nacional, sejam vinculados recursos para a conservação e sinalização das vias públicas.

Requer, outrossim, que do teor do presente dê-se ciência ao senhor Presidente da República, ao senhor Ministro de Estado dos Transportes, ao senhor Governador do Estado do Paraná, ao Secretário Estadual dos Transportes e ao Diretor Geral do DNER.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente da Comissão de  
Segurança Pública

#### JUSTIFICATIVA:

Recentemente este Poder Legislativo encaminhou, por requerimento deste Parla-

mentar, expediente ao Ministério dos Transportes alertando para as precárias condições de nossas rodovias e para a necessidade de se promover campanha permanente de segurança no trânsito, a fim de reduzir os elevados números de acidentes que, anualmente, ceifam aproximadamente 50.000 vidas em nosso país.

Em resposta a tal expediente, recebemos o ofício que segue anexo, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, explicando os procedimentos adotados por aquele órgão, para garantir a segurança no trânsito, alertando contudo, para o grave problema causado pela exiguidade de recursos para programas no setor.

Uma das principais causas dessa exiguidade seria a extinção, pelos constituintes federais de 1988, do Fundo Rodoviário Nacional, FRN, oriundo do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos - IULCLG e a Taxa Rodoviária Única. Esse fundo, como poder-se-á verificar pelos termos do anexo, supria a União, os Estados e Municípios, de forma quase estável e previsível, permitindo que se pudesse fazer um sistema de planejamento e aplicação dos recursos nas rodovias brasileiras.

Hoje não temos o Fundo, mas temos uma malha viária completamente sucateada e milhares de acidentes em decorrência desse abandono.

É urgente a atenção dos senhores deputados federais e senadores para essa grave questão. Um procedimento importante seria o estudo da reativação do FRN, na próxima Revisão Constitucional, ou não o querendo, a criação de outra fonte de recursos para a conservação e sinalização da malha viária.

De nada adianta preservarmos as cláusulas chamadas pétreas de nossa Constituição, garantindo entre elas a vida, se na realidade não dirigirmos recursos para programas que venham a preservá-la. A segurança dos brasileiros, de toda a sociedade, inclusive nas estradas, é direito constitucional. Urge criar os mecanismos para garanti-la na prática.

REQUERIMENTO Nº 3681

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes da Comissão Especial que estuda a importação de gás natural da Bolívia, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Governo da República Federativa da Argentina, através de sua representação oficial no Brasil, consultando sobre o interesse daquele País na venda de gás natural ao Brasil, nos termos do documento anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) ERNANI PUDELL - Presidente

Comissão Especial

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná constituiu em abril do corrente ano uma Comissão Especial com a finalidade de estudar o acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia para a importação de gás natural.

No dia 26 do mesmo mês, realizamos um Seminário no qual surgiram diversas dúvidas sobre qual a melhor alternativa de rota para importação do referido gás.

Com o intuito de dirimir tais dúvidas, e com a finalidade precípua de que o gasoduto em questão seja construído pela rota-sul, no caso a que mais interessa ao Paraná, é que propomos o presente requerimento onde por intermédio de informações aditivas do governo argentino possamos formular uma proposta que venha a beneficiar, sem onerar mais ainda os cofres da União, os Estados do Sul.

"Exmo. Sr. Dr.

ALIETO GUADAGNI

D.D. Embaixador da República Federativa da Argentina

Setor Habitacional Individual Sul (SHIS)

Q.L. 02 - Conjunto 01, Casa 19 - BRASÍLIA/DF"

Senhor Embaixador:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná constituiu uma Comissão Especial de Deputados, com o objetivo de avaliar alternativas de suprimento e implementar ações políticas visando contribuir para a efetiva oferta de gás natural ao Brasil.

Neste sentido, aproveitando as condições favoráveis proporcionadas pelas perspectivas do livre Comércio entre o Brasil e a Argentina a partir da implantação do Mercosul, que se constituirá em instrumento de integração econômica de nossos países e, considerando ainda que a Argentina possui grandes reservas de gás natural ao Norte de seu Território, consultamos esse governo a respeito das questões a seguir:

- A Argentina tem interesse na venda de gás natural ao Brasil?

3 - Quais os volumes potenciais (m.<sup>3</sup>/dia) e em que prazo poderão estar disponíveis, no caso de uma futura comercialização?

Considerando que a construção de um gasoduto para exportação ao Brasil possibilitará que regiões de vosso País ainda não atendidas, passem a receber o gás natural como o governo argentino avalia:

- A entrada do gasoduto no Brasil por Foz do Iguaçu?

- A participação da Argentina nos custos do investimento, notadamente no seu

território, de forma a favorecer a viabilidade do empreendimento?

No aguardo de um posicionamento desse Estado irmão, reafirmamos nossas expressões de apreço.

Curitiba, 27 de setembro de 1993.

(aa) Deputado ERNANI PUDELL

Pres. Com. Especial

Deputado ORLANDO PESSUTI

Presidente A.L./PR

#### REQUERIMENTO N° 3655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado José Afonso Júnior, DD. Secretário Especial de Esporte e Turismo e ao Ilmo. Sr. Maurício Requião, MD. Diretor Presidente da FUNDEPAR solicitando a liberação de recursos para construção de uma Quadra de Esportes na Escola Estadual Sagrado Coração de Maria - Ensino de 1° Grau, em Ivaí/Pr.

A liberação de recursos para construção de uma Quadra de Esportes no referido Estabelecimento Escolar é necessária para estimular a prática desportiva, tão importante para o desenvolvimento físico e psicológico dos adolescentes.

Outrossim, informo que no Colégio há uma área disponível para a construção da Quadra.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Ozil Neiverth, à Rua Rui Barbosa, 632 - Ivaí/Pr e à Direção da Escola Estadual Sagrado Coração de Maria - Ensino de 1° Grau, à Rua Ferreira Correia, 850, Ivaí-Pr.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### REQUERIMENTO N° 3677

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em dois barracões abandonados, sendo que os mesmos localizam-se à Rua Durval Jungles, ao lado da casa n° 09, no bairro do Pinheirinho.

O pedido foi feito pelos moradores dessa rua, pois os barracões foram invadidos por desocupados, os quais estão causando muito medo e apreensão em todos.

Pedem urgência no atendimento, uma vez que os invasores podem vir a ser marginais, havendo a possibilidade de ocorrer algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3680

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja feito expediente ao Senhor Governador do Estado, reiterando para que em aditamento às respostas ao nosso pedido de informações aprovado nesta Casa em 12.04.93, cuja primeira resposta, pelo Ofício n° 379/93-GS, SPI 1.526.652, não nos satisfizesse. Em 24 de maio passado, fizemos novamente pedido para que fosse mais detalhada a resposta, mais concisa. Lamentavelmente, agora, pelo Ofício de 6 de agosto passado, sob n° ATCC 4404/93, protocolo nesta Casa de n° 8577, o Deputado Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, apenas nos envia cópia da ficha financeira da funcionária inativa Hortência de Souza Miranda, historiando pagamentos de janeiro a julho deste ano. Ocorre que esta nossa amiga, Sra. Hortência, é viúva, pensionista e não tem nenhuma obrigação de saber entender os intrincados e complexos dados informatizados de uma ficha financeira. Por esta razão, reiteramos para que o Governo do Estado seja claro, transparente e informe:

- por que está sendo descontado duas vezes o Fundo Previdenciário da Sra. Hortência de Souza Miranda, se recebe um pagamento de aposentadoria e outro de pensionista?

- por que começaram a descontar no mês de março de 1993 a pensão no contracheque de aposentadoria se, em 28.12.1988, foi deferido seu pedido de cancelamento de contribuição do desconto, sob protocolo n° 306.031-4/88?

- qual a finalidade do Fundo Previdenciário que vem sendo descontado mensalmente?

São perguntas diretas, fáceis, que exigem respostas igualmente diretas, simples, capazes de serem entendidas pela interessada.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário da Agricultura, Osmar Fernandes Dias, solicitando a construção do Escritório próprio da EMATER, no Município de Peabiru.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a construção do escritório local da EMATER, vem oferecer espaços físicos para melhor atender os proprietários do Municí-

pío, tendo em vista ser munido de duas funções técnicas, com dois veículos e que divide atualmente os espaços com outras entidades, diminuindo a liberdade de atuação dos profissionais.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Vianna Artigas, DD. Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, solicitando a doação de 2 (duas) viaturas para a Polícia Civil do Município de Ponta Grossa.

O Município de Ponta Grossa possui 2.100.264 Km<sup>2</sup> de extensão e é um importante entroncamento rododiferroviário do Estado do Paraná.

Com uma população superior a 250.000 habitantes, a necessidade de locomoção dos policiais civis para assegurar um pronto atendimento à população, deve ser ágil e eficiente, levando em consideração, principalmente, com o crescente índice de criminalidade que atinge o país.

Para tanto, a doação de 2 (duas) viaturas para uso da Polícia Civil de Ponta Grossa seria extremamente importante para viabilizar o bom desenvolvimento das atividades policiais objetivando atingir sua meta maior: a segurança da população.

Sala das Sessões, 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 3711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa o envio de expediente dirigido ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado, encarecendo a destinação de duas (duas) motocicletas a serem utilizadas pelo Destacamento Policial Militar de Sarandi.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

É notório que o efetivo da polícia militar é insuficiente para atender as necessidades do serviço que lhe é afeto. Na maioria dos municípios não há força pública à qual possam recorrer as autoridades para reprimir ou impedir os fatos delituo-

sos.

Queixam-se os habitantes do Município de Sarandi, da intensidade com que são vítimas de roubos e assaltos. A falta de policiamento preventivo explica, até certo ponto, a frequência desses delitos contra a propriedade e a pessoa humana, que estão perturbando ainda mais a existência já bem atormentada da Comunidade.

Face o exposto, é imperativa a adoção de medidas que possibilitem proporcionar um trabalho a altura das reais necessidades de Sarandi, intensificando a atuação da Polícia Militar através da presença mais efetiva de sua Corporação.

REQUERIMENTO N° 3715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de viabilizar estudos para repasse de recursos financeiros à Prefeitura, necessários a instalação em Sarandi, de uma Usina de Reciclagem à Compostagem de Lixo Urbano.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Sarandi, visto seu vertiginoso crescimento populacional, apresenta como qualquer outra cidade, problemas de ordem social, de segurança, de saúde, e outros. Um deste, de grande gravidade, é o lixo urbano, pois muitas toneladas são coletadas no centro e despejadas em locais periféricos da cidade, os quais trazem sérios riscos de saúde à população ali residente que, por conseqüências sócio-econômicas, são as mais carentes. Por este e muitos outros motivos, que poderíamos enumerar, a cidade de Sarandi necessita urgentemente, de uma Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo Urbano para aproveitamento do mesmo, transformando-a em adubo orgânico.

Uma vez em se tratando de importante reivindicação, que não só representa o interesse das lideranças políticas locais, mas da população de um modo em geral, é que é apresentada esta solicitação, onde se espera dessa Secretaria de Estado, a verificação de tal problema e, consequentemente, o encaminhamento de medidas cabíveis.

REQUERIMENTO N° 3717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Diretor-Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal - RFFSA., objetivando medidas que possibilitem a reativação da Estação Ferroviária do Município de Sarandi.

Hoje inúmeros são os transtornos vividos pela população, pela falta de opção de transporte, especialmente àqueles que vão em busca de seu trabalho.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a comunidade local, é que apresentamos a presente proposição à apreciação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

#### REQUERIMENTO N° 3719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando a destinação de auxílio financeiro para o Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, localizado em Curitiba.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Professor Mauri Rodrigues da Cruz - Rua José Antonio Leprevost, 53 - Cx. Postal 2914, Santa Cândida - Curitiba/PR

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar Escola Dr. Leocádio José Correia é uma Entidade Assistencial que presta relevantes serviços à Comunidade, no atendimento a 400 crianças providas de famílias carentes, em regime semi-internato.

Dai a nossa solicitação, objetivando sensibilizar as autoridades, para as carências daquele importante setor assistencial, encarecendo a tomada de providências, com o propósito de oferecer uma melhor estrutura de trabalho para o bom desempenho dos projetos desenvolvidos junto a população usuária daquela entidade, propiciando-lhes condições satisfatórias de atendimento e a altura de suas necessidades.

#### REQUERIMENTO N° 3725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Embaixador Rubens Ricupero, Digníssimo Ministro do Meio Ambiente, solicitando a aprovação do regulamento do Decreto n° 750 de 10.02.92., de acordo com o Anteprojeto elaborado pelo IBAMA-PR, em conjunto com a FAOMA.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O Litoral Paranaense está na região de abrangência do Decreto da Mata Atlântica e existem controvérsias com relação a sua aplicação no sistema de produção.

A cada dia que passa, os produtores ficam em situação difícil em relação a seus sistemas de produção e as diversificações agrícolas, especialmente para a aquisição de novas sementes, financiamentos em estabelecimentos bancários, contratos da venda da produção e outros fatores. Vivem momentos difíceis, onde seus organismos domésticos estão sendo reduzidos dia-a-dia, em função do setor competente do Governo Estadual estar dando interpretação nas aplicações do citado Diploma Legal.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado uma correspondência, ao Excelentíssimo Embaixador Rubens Ricupero, Digníssimo Ministro do Meio Ambiente, - Explanada dos Ministérios, Bloco B - 5° andar - CEP: 70068-900 - Brasília-DF., solicitando a regulamentação do Decreto n° 750, de 10.02.92, baseado no Anteprojeto elaborado em conjunto pelo IBAMA-PR e FAOMA, entidade que representa todas as classes produtoras do Litoral Paranaense, e que também tem a aprovação de outros órgãos Federais ligados ao setor.

#### REQUERIMENTO N° 3727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário da Agricultura e Abastecimento, solicitando uma relação dos projetos em andamento no Litoral e respectivos beneficiados, no programa daquela Pasta para a Região.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A idéia do abastecimento de um programa de desenvolvimento agrícola para o Litoral, foi um trabalho de base idealizado pelo Secretário Osmar Dias, Digníssimo Secretário da Agricultura e do Abastecimento cujos resultados positivos serão sentidos no decorrer dos dias.

Mostrando uma nova realidade para os que produzem, temos a necessidade de um acompanhamento e também obrigação de ampliarmos essa iniciativa. Por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Digníssimo Secretário de Agricultura e do Abastecimento Osmar Dias, Rua dos Funcionários, 1.559 - Juvevê - N/Capital, solicitando que nos envie cópias dos proje-

tos em andamento na região do Litoral, bem como o nome dos beneficiados.

REQUERIMENTO N° 3745

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Diamantes, proximidades do n° 149, localizada no Jardim Boa Vista IV, no Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam que seja instalada rede de esgoto nesse local.

A solicitação está sendo feita devido à existência de muita água parada em suas casas, pois nem valeta há para o escoamento da sujeira.

O odor é insuportável, as crianças estão sofrendo muito com a contaminação de alergias, bem como toda a população vem passando por inúmeros problemas em decorrência da falta da rede de esgoto.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3746

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Diamantes, localizada no Jardim Boa Vista IV, em Almirante Tamandaré, os quais solicitam que seja passado anti-pó nessa rua, devido ao péssimo estado em que se encontra. Há muito pó na rua e quando chove, forma-se muita lama. Alegam que na rua em que passa o ônibus também é necessário a implantação de anti-pó pois a mesma encontra-se em estado lastimável. Em dias de chuva o ônibus chega a ficar encalhado. Pedem urgência no atendimento, procurando-se evitar que a situação fique mais crítica.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, solicitando a doação de equipamentos para montagem de um laboratório de análises clínicas no Município de Quinta do Sol.

Tal medida visa diminuir os custos dos exames realizados, prestando assim, um atendimento mais amplo à população.

Curitiba, quarta, em 29.09.93

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3771

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia do Paraná, no sentido de promover policiamento na praça onde há uma placa "Homenagem a Julius Forrer", localizada à Rua João Machado de Camargo, próximo à Escola Municipal Júlia Amaral Dilenha, no bairro da Barreirinha. Ocorre que nessa praça a iluminação é precária e com isto, o local está se tornando muito perigoso, sendo freqüentado por elementos desocupados que causam medo e apreensão a toda a população. Muitos assaltos estão ocorrendo, principalmente à noite, quando os alunos precisam transitar pelos arredores da praça. O pedido foi feito pelos pais de alunos da escola, os quais afirmam que até grupos de maconheiros se encontram no local. Pedem urgência no atendimento, uma vez que todos estão correndo perigo.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3772

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de executar reparos no asfalto que liga os municípios de Almirante Tamandaré e Colombo.

O asfalto foi quebrado e não foi consertado, e em decorrência das chuvas, formou-se muito barro, impedindo a passagem de pedestres. O pedido foi pelo Sr. Nilton dos Santos, o qual já escorregou no local.

Pede que providências sejam tomadas urgentemente, pois vários transtornos estão sendo causados a todos que necessitam transitar por essa rodovia.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3773

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no

sentido de executar limpeza na rede de esgoto da Rua Zildo Manoel da Cruz, proximidades do nº 1855.

A moradora desse endereço já fez o pedido à SANEPAR, mas até agora não foi atendida. É a quinta vez que com chuvas, a sujeira entra em sua casa. A situação é crítica, vários transtornos estão sendo causados, além do perigo da transmissão de doenças a que toda a sua família está propensa.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER viabilização de recursos para construção da Delegacia de Polícia do Município de Rancho Alegre d'Oeste.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PICAENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rancho Alegre d'Oeste, é mais um dos recém-emancipados municípios do Estado do Paraná. Integrante originalmente do município de Goioerê, do qual era distrito, inicia com dificuldades naturais, sua arrancada para o desenvolvimento.

Com recursos orçamentários limitados, necessita que o Poder Executivo do Estado entenda sua necessidade, pois, como os demais municípios do Estado, contribui para o bolo de arrecadação de tributos para o Estado.

Sua atual estrutura na área da Segurança Pública é deficitária e, constitui-se de um posto policial e de uma mini-delegacia instalada em um imóvel alugado, sem a mínima condição de segurança.

Diante do aqui exposto, espera-se que o Poder Público ciente de suas responsabilidades venha solucionar no menor lapso de tempo possível o problema lá vivenciado.

REQUERIMENTO Nº 3789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a adoção de medidas que especifica na área de sua Pasta, para o Município de Araruna.

I - Construção de um matadouro municipal na sede do Município;

II. - Equipamento técnico e material permanente para o escritório local da EMATER;

III - Conclusão da micro-bacia Araruna-Pinhalzinho;

IV - Construção de um Abastecedor Comunitário.

Sala das Sessões, em 20.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Reconhecido em todo o Estado o eficiente trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento na atribuição que lhe é afeta.

Dirigida pelo Secretário Osmar Dias, de capacidade indiscutível e, integrada, em seus inúmeros órgãos administrativos por equipe técnica competente, faz com que a comunidade de Araruna, cuja principal atividade econômica é a Agricultura, pretenda ver atendidas "in totum" ou parcialmente as solicitações que este integram.

REQUERIMENTO Nº 3791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de equipamentos médico-hospitalares para rede pública de saúde do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A estrutura da saúde pública do município de Mamborê, apresenta-se deficitária para proporcionar sequer um atendimento razoável à população daquele município.

Necessitando de equipamento e pessoal, espera da Secretaria competente atendimento de suas justas expectativas.

REQUERIMENTO Nº 3792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Deputado Durval Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a inclusão no plano de obras daquela Pasta, de um abrigo para menores carentes do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A crise sócio-econômica do país faz com que os problemas dela decorrentes cresçam na proporção geométrica. Se os problemas apresentam-se críticos nas grandes cidades, não deixam também, de ocorrer nas cidades de pequeno e médio porte de todo o País.

Tal quadro pode ser aquilatado através do crescente número de menores carentes e abandonados.

Preocupado com tal circunstância, a



comunidade de Engenheiro Beltrão espera ver este problema minimizado através da atuação efetiva do Poder Público Estadual, cuja política é da responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando informações sobre o Programa Estadual de Saúde, para o Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 3794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando recursos para aquisição de merenda escolar para a comunidade das redes de ensino do município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As crianças matriculadas na rede de ensino público de Engenheiro Beltrão estão há muitos meses sem usufruir os benefícios da merenda pública. Tal circunstância é decorrente da falta de recursos para implementação do programa.

Espera-se da FUNDEPAR providências objetivando a solução dessa premente necessidade.

REQUERIMENTO N° 3796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação da Escola Estadual Professora Izabel F. Siqueira, no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro do que está constantemente divulgando o Governador Roberto Requião de Mello e Silva no Paraná, o Brasil está dando certo, e na Educação estamos no "primeiro mundo".

Nessa concepção positiva, todos os municípios devem ter suas escolas bem estruturadas, com condições de funcionamento

integral aos educandos e educadores, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação da Escola Estadual Professora Izabel F. Siqueira, no Município de Pinhão-PR.

REQUERIMENTO N° 3797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Stênio Sales Jacob, solicitando a ampliação do Sistema de Água na Vila 2 Irmãos, município de Pinhão - Pr.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro do programa de saneamento básico, implantado pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva, a instalação de Sistema de Água está sendo implantado em vários locais do Estado.

A própria SANEPAR, recentemente foi premiada pelo desenvolvimento de um bom trabalho em nosso Estado, e segundo o Chefe do Poder Executivo Estadual, tem divulgado pelos Órgãos de Comunicações, existem recursos disponíveis para esses benefícios.

Nesse sentido, solicitamos que seja endereçado um expediente ao ilustríssimo Senhor Doutor Stênio Sales Jacob, Digníssimo presidente da SANEPAR, solicitando a colocação do Sistema de Água, na localidade de Dois Irmãos, Município de Pinhão.

REQUERIMENTO N° 3798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Dr. Nizan Pereira, solicitando a doação de medicamentos para a Municipalidade de Quinta do Sol.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender a toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda cidade nessa área de Saúde.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,



REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, consubstanciado em solicitação, no sentido de que determine ao setor competente, a destinação de uma viatura ao Destacamento da Polícia Militar, sediada no Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

De conformidade com as informações prestadas pelo Senhor Maximino Pietrobon, 1º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores, a situação se apresenta calamitosa, pois a única viatura à disposição do Destacamento não mais oferece condições para o perfeito trabalho da Segurança Pública.

A comunidade toda se encontra aflita e exige providências das autoridades competentes.

REQUERIMENTO N° 3806

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretários de Estado do Turismo, Cultura e Indústria e Comércio, Superintendente da Rede Ferroviária Federal S/A e Presidente do Banco do Estado do Paraná, BANEPR, solicitando o estudo de medidas visando colaborar para o desenvolvimento do potencial turístico do Município da Lapa.

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência ao prefeito Municipal, Vereadores, ao Presidente da Associação Comercial e à Diretora do Departamento de Cultura e Turismo do Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Suas ruas centenárias iluminadas romanticamente por lampiões, sua arquitetura bem conservada de cores vibrantes, seus museus, seu teatro construído em estilo Elizabetano, sua comida típica, sua cultura e, sobretudo, sua história, fazem da Lapa uma cidade com um potencial turístico invejável, que atrai centenas de visitantes todos os anos. Tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, devido a sua importância histórica, a cidade é constantemente divulgada em vários jornais de destaque do País.

Apesar de tudo isso, o setor de turismo no município não é desenvolvido e sem investimentos, acaba ficando à margem do esquecimento, deixando de consolidar a imagem da cidade como um polo turístico.

No próximo ano de 1994 a Lapa comemorará o centenário do Cerco da Lapa. Apesar da importância disso, pouca atenção está sendo dirigida para o evento que deverá trazer à cidade centenas de visitantes.

O Departamento Municipal de Cultura e Turismo da Lapa já tem preparada uma agenda de eventos para a comemoração, mas pode ver o sucesso desse trabalho comprometido pela falta de infra-estrutura do município para abrigar os visitantes, bem como a falta de investimentos no desenvolvimento turístico do município.

Diante disso e da importância histórica da Lapa e do Cerco que lá aconteceu, para todos os paranaenses, é que requeremos o envio do presente expediente às autoridades acima nominadas para que estudem e viabilizem medidas de apoio ao desenvolvimento turístico da legendaria Lapa.

REQUERIMENTO N° 3749

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, Dr. Roberto Requião; ao Senhor Secretário de Estado da Habitação, Dr. Luiz Claudio Romanelli; ao Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva; ao Senhor Secretário Especial de Ação Comunitária; ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano; ao Senhor Diretor do Instituto Ambiental do Paraná e ao Senhor Chefe da Defesa Civil do Estado; da seguinte proposição, em forma de apelo:

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública, vivida pelos Municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Pinhais, Curitiba e São José dos Pinhais, com as recentes enchentes, quando foram atingidas centenas de famílias - que perderam suas moradias ou foram obrigadas a deixar estas e seus pertences;

CONSIDERANDO que essa situação vem se repetindo periodicamente, registrando um aumento de vítimas a cada enchente provocada pela precipitação exagerada de chuvas;

CONSIDERANDO que a população atingida é, em quase sua totalidade, a proveniente de invasores de áreas ribeirinhas - em especial das margens dos Rios Iraí, Piraquara, Palmital e Atuba, que formam a Bacia do Iguaçu;

CONSIDERANDO que não existe condições para permanência desses moradores às margens, desses rios e nas regiões atingidas pelas enchentes e que, com a volta do fenômeno atmosférico, as tragédias e calamidades públicas, se repetirão;

CONSIDERANDO os altos gastos públicos, despendidos pela Defesa Civil do Estado, e

os sacrifícios impostos à comunidade através da arrecadação de alimentos e agasalhos;

CONSIDERANDO os prejuízos ao meio ambiente, em especial aos rios citados - responsáveis por 80% do abastecimento de água da população da Grande Curitiba;

APELA, as Excelentíssimas autoridades citadas, para que providências imediatas sejam tomadas, visando a relocação dos moradores das regiões sistematicamente atingidas pelas enchentes, através de plano emergencial de habitação, assim como visando a preservação de tais áreas por meio de todas as providências cabíveis.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento aos Senhores Prefeitos dos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Pinhais, Colombo e São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 3750

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Diretor do Instituto Ambiental do Paraná, ao Senhor Presidente da SANEPAR e à Promotoria Especial de Proteção do Meio Ambiente, da seguinte proposição:

CONSIDERANDO que, as ocorrências verificadas por ocasião das últimas enchentes ocorridas na Região Metropolitana de Curitiba, vieram comprovar a posição do Departamento de Terras, Cartografia e Florestas - Secretaria do Meio Ambiente, de que "a extração de areia e argila das várzeas dos rios da região, constitui ameaça muito maior aos mananciais que a atividade" de extração de pedras (Resposta a Pedido de informação de nossa autoria - Protocolo SAR n° 1.526.430-6).

CONSIDERANDO que o rompimento de diques, na área de extração de areia às margens da Rodovia João Leopoldo Jacomel, levou as águas das cavas a misturarem-se com as do Rio Iraí, causando transtornos seriíssimos a ETA do Tarumã, que, devido a verificação de 400% de turbidez, se viu obrigada a parar o tratamento de água por mais de 30 horas;

CONSIDERANDO que, os filtros dessa estação de tratamento foram danificados, que medidas extraordinárias - com prejuízo do abastecimento de água - foram tomadas para evitar-se danos aos motores;

CONSIDERANDO que os problemas trazidos pelo depósito de lodo - além de substâncias altamente nocivas à saúde humana, como zinco, cobre, alumínio - causaram um acúmulo, junto às comportas da Estação do Iguaçu, de 1,30m aproximadamente e levaram

essa estação a uma considerável diminuição de sua capacidade de tratamento - dos 3.330 litros por segundo passou a 2.110 litros;

CONSIDERANDO que os prejuízos causados aos mananciais, e ao meio ambiente em geral, pela extração de areia em regiões como as dos Municípios de Piraquara (casos citados), Pinhais e São José dos Pinhais, e outros, são suportados pelo erário público;

REQUER, das autoridades competentes, já mencionadas, providências imediatas que ponham um fim aos graves e irreparáveis danos que vêm sendo causados pela extração de areia às margens dos rios e região dos mananciais. Requer ainda, da parte do IAP, que se proceda um levantamento dos prejuízos causados pela extração de areia em comparação com que o Estado e Municípios arrecadam.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 3765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, professor Elias Abrahão, solicitação salarial (relação em anexo) dos professores estatutários de São Pedro do Ivaí - Pr.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Os professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná, aprovados em concurso público, promovido pela SEED no ano de 1991, acham-se discriminados financeiramente em relação aos professores estabilizados, hoje, "Estatutários" pela Lei n° 10.219/92, uma vez que são flagrantes as distorções salariais existentes entre ambos (Estatutários e ex-celetistas) fazendo-se necessário estabelecer critérios urgentes para corrigir tais discrepâncias.

#### REQUERIMENTO n° 3691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário pedido de informações, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, conforme especificado:

1) Quantos contratos foram efetuados nos Programas "Bom Emprego" e "Panela Cheia"?

2) Quais as pessoas ou firmas que venceram os respectivos contratos?

3) Nome e Endereço das pessoas ou firmas beneficiadas.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem a Comissão de Fiscalização. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão de Constituição e Justiça na qualidade de Titular. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do P.F.L., constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado como membro da Comissão Especial para estudo de questão relativa ao ICMS. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do P.D.T., constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados, para constituírem a Comissão Especial para estudos de questões relativas ao ICMS dos Municípios. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 181/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/93, que aprova o crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da FASPAR, conforme específica. Emenda de Plenário. Com PARECER da C.C.J.

Em votação o Projeto, ressalvada a emenda de Plenário.

## Aprovado.

Em votação a Emenda do Deputado Algaci Túlio. Com contrário da C.C.J.. Em votação.

## Rejeitada a Emenda.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 521/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/93, que reajusta, a partir de

1º/09/93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, do magistério público estadual de 1º e 2º graus, salários dos servidores da Adm. dos Portos de Paranaguá e Antonina, e salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9198/90. Emenda de Plenário. Com PARECER da C.C.J.. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) -

Sr. Presidente, levanto a seguinte questão de ordem, a Lei nº 6.417 de 26 de julho de 1973 tem características de Lei Complementar à Constituição, embora seja anterior a ela. Esse caráter complementar seria dado em face da importância das matérias nela reguladas, pelo conceito da carreira, vantagens e proventos. Portanto a sua revogação parcial mediante Lei Ordinária é inadmissível, nesse sentido há um acórdão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que tenho aqui em mãos, julgando alterações anteriores feitas por Lei Ordinária nesta mesma lei em questão. Esta Casa, no meu entender, não pode votar em rito ordinário matéria complementar à Constituição, conforme disposto no Artigo 163 do nosso Regimento Interno.

Tendo em vista, Sr. Presidente, requeiro à Mesa remessa do Projeto à Comissão de Constituição e Justiça para formular um substitutivo geral à matéria, excluindo dela as alterações do Código de vencimento da Polícia Militar que deve ser objeto do Projeto de Lei Complementar. Tenho em mãos o acórdão, já devidamente com parecer favorável aos impetrantes, em fase apenas de complementação através do Ministério Público. É esse pedido que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa entende que a matéria foi devidamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo a questão constitucional sido apreciada anteriormente, nesse momento estamos apreciando apenas e tão somente o mérito da matéria, não cabendo a questão de ordem que V. Exa. levanta.

Está em votação o Projeto, ressalvada as emendas. **Aprovado o Projeto.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Emenda nº 01 de autoria do Deputado Algaci Túlio.

"Art. 3º - Os soldos de postos de graduação dos integrantes da Polícia Militar ficam reajustados, a partir de 1º de setembro, em 20% na forma da tabela ao anexo desta lei.

Emenda nº 02 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos

financeiros a partir de 1º de setembro de 1993."

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, peço a gentileza para encaminhar já as duas emendas, portanto, vinte minutos.

Senhor Presidente e Srs. Deputados. Parece que a Assembléia não está reparando a questão de justiça que deveria reparar no dia e noite de hoje.

(Lê):

"Hoje, ao discutirmos e votarmos a Mensagem do Governador do Estado, propondo o reajuste aos Servidores Estaduais, pode esta Casa estar imprimindo esse tipo de caráter aos seus atos, exercendo seu poder contra parte dos Servidores, que são também parte do povo paranaense.

Estou falando dos Policiais Militares do Paraná, Senhores Deputados, escolhidos desta feita para mais um ato de injustiça por parte do ocupante do Palácio Iguazu.

Propõe o Governador do Estado, no seio da sua Mensagem, a extinção do escalonamento vertical para a Polícia Militar do Paraná.

Esse escalonamento foi instituído pela Lei nº 6417 de 1973. A tabela de escalonamento atribui índices a cada uma das carreiras da Polícia Militar, a partir do soldo pago ao Coronel, considerado irreduzível a partir de decisão do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, prolatada no Mandado de Segurança nº 11.281-2, de Curitiba, em que são impetrantes Abacheo Alves e outros. Esse acórdão, de nº 1294, de 19 de abril de 1991, está em fase de execução de sentença, embora o recurso interposto junto ao Supremo Tribunal Federal pelo Estado do Paraná, não tenha efeito suspensivo.

Essa tabela foi alterada ao longo dos anos e a forma que obteve no ano passado é, sem dúvida, a melhor entre todas as que vigoraram, apesar de não ser ideal.

Apesar dessa tabela, e da obrigatoriedade da sua observância quando da concessão de reajustes, o Governo do Estado concedeu reajustes diferenciados às categorias, a fim de viabilizar a isonomia entre os Delegados de Polícia Civil e os Coronéis da Polícia Militar, com o que concordamos.

Para mascarar a ilegalidade de tal prática, o Governo passou a aplicar o índice sobre a remuneração total dos policiais, a fim de obter concordância com o percentual em relação ao soldo do Coronel.

Então, Srs. Deputados, a administração calcula o soldo, mais a gratificação especial, mais as outras gratificações, como a do curso da academia de Polícia, para perfazer o índice obrigado pela lei.

Para exemplificar, tomemos o caso concreto dos sub-tenentes, que constituem a

1.ª classe das graduações da PMPR e representam o limite entre os praças, ocupando portanto a posição mediana da tabela: o índice corrigido pela Lei nº 16.118, de 1992, atribui aos sub-tenentes um índice de 532 unidades em relação ao soldo do Coronel. Pela aplicação desse percentual, o soldo básico do sub-tenente deveria ser de CR\$ 27.980,00, o que não corresponde à realidade.

O soldo de um sub-tenente é de aproximadamente 15 mil cruzeiros reais, 12 mil, portanto, abaixo do que dispõe a lei.

As constantes manipulações da tabela da Polícia Militar do PR, para legitimar as disparidades salariais na corporação, serviram para criar um quadro caótico naquele organismo policial.

Comprometem-se os padrões de hierarquia e disciplina quando um soldado da PMPR passa a ter um vencimento superior ao pago a um sargento, ou quando um sargento recebe mais do que um sub-tenente.

E isto, Srs. Deputados, está ocorrendo na nossa Polícia Militar do Paraná.

A história se repete. Em 1989 o ex-Governador Álvaro Dias, através de um dispositivo engendrado no meio de uma lei como esta, de simples reajuste salarial, aboliu o escalonamento vertical para a Polícia Civil do Paraná, jogando no chão uma importante conquista dos Policiais Civis, que vigorou por mais de 15 anos.

Requião repete a prática de Álvaro, tentando agora vitimar os Policiais Militares do Paraná.

A justificativa do Governador para extinguir o escalonamento na PMPR é ridícula. Ele não tem argumentos nem para disfarçar essa escandalosa injustiça.

O fim do escalonamento vai permitir que o Governador do Paraná forje suporte legal para conceder, na sequência, índices diferentes de reajustes salariais para os oficiais e os graduados da Polícia Militar. Isso, aliás, já tentou fazer, sendo barrado pela justiça, que protegeu os direitos dos Policiais, em 1.ª e 2.ª instâncias.

É preciso, Senhores Deputados, votar pensando nos interesses do povo do Paraná, e não atendendo a determinações exorbitantes do chefe do Poder Executivo.

Hoje, aproximadamente 80% dos policiais militares do Paraná têm uma segunda ocupação para complementar o orçamento familiar.

Estamos falando de um serviço de alto risco e então não há como conceber que um policial que passou 24 horas de plantão, ao invés de descansar no dia seguinte, tenha que pegar no batente, num segundo emprego, fora da Polícia, para conseguir meios de responder às despesas da sua família. Essa política salarial é cruel, é

Vou falar e repetir até que todos consigam compreender com suficiente clareza que a qualidade do serviço de Segurança Pública está diretamente vinculada à qualidade das condições de trabalho dos policiais. E nessas condições está incluída a remuneração dentro de padrões condizentes com a dignidade do trabalhador.

Chega de humilhações, Senhores Deputados.

Vamos comparar nossos próprios salários com o que o Estado está pagando aos policiais.

Não bastasse esse quadro, ainda existem as denúncias de que é proibido falar em salário na PMPR. Os policiais que desafiam essa proibição autoritária são punidos com reclusão e outras sanções. Essa prática só vem confirmar a vergonhosa realidade da nossa Polícia Militar.

Quando ocorrem casos isolados na Polícia Militar, Senhores Deputados, de violência ou imperícia, é preciso lembrar que passam pelas nossas mãos as decisões que dizem respeito àqueles homens.

Não bastasse esse quadro, ainda existem as denúncias de que é proibido falar em salário na PMPR. Os policiais que desafiam essa arbitrariedade são punidos com prisão disciplinar e outras sanções administrativas que só vêm confirmar a vergonhosa realidade da nossa Polícia Militar".

Quando ocorrem casos isolados, repito, a Polícia Militar fica aí a ser notícia, a ser devidamente cobrada. No entanto, na hora em que temos essa chance de reparar fatos dessa natureza, nos colocamos inteiramente omisso a essa situação.

Olhem o Estado do Rio de Janeiro onde a calamidade da Polícia Militar chega a tal ponto, que alguns, pedem, a sua extinção. Se não agirmos aqui no Paraná com cautela e responsabilidade, a nossa Polícia Militar poderá dentro de pouco tempo chegar a esta mesma situação.

Por isso, Senhor Presidente, fica aqui o registro, o meu repúdio ao não acolhimento dessas duas emendas. Porque entendo que desta situação, que era necessário tirar deste Projeto de Lei que está aqui, que não tem nada a ver com a Polícia Militar, não tem nada a ver com escalonamento vertical, e se coloca no bojo desse Projeto, de aumentos salariais, esta situação que vai evidentemente trazer sérios prejuízos à nossa segurança e em especial a nossa Polícia Militar.

Não se respeitando sequer este mandado de segurança impetrado por mais de 1000 policiais militares de diversas graduações que já ganharam em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> instâncias e que já está no Supremo apenas para receber o Parecer do Ministro e que não tem como

voltar atrás. É uma situação definida favorável aos policiais.

Mas esta Casa teima em desconhecer uma matéria tão importante, teima em ignorar um dado que apresentamos aqui e que o Deputado Paulo Maia defendeu há pouco na Comissão de Constituição e Justiça, derrubando...

O SR. PAULO MAIA - Um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Não cabe apartes em encaminhamento...

O SR. PAULO MAIA - É só para dizer que esta é uma prática do Governo do Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Então, fica aqui o nosso repúdio e certamente aqueles que votam hoje contra a Polícia, amanhã não terão como cobrar dela um melhor atendimento às reivindicações de nossas famílias na hora que ocorre o assalto, ou na hora em que ocorre um seqüestro.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda n° 1 de autoria dos Deputados: Algaci Túlio, Emilia Belinati, Paulo Maia, Cezar Silvestri, Namir Piacentini, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão e os contrários que se levantem.

REJEITADA a Emenda.

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à Emenda, queiram levantar-se.

Oito (08) Deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada a Emenda.

Emenda n° 2. De Algaci Túlio, Emilia Belinati, Paulo Maia, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Namir Piacentini.

Os Deputados favoráveis, permaneçam como estão e os contrários que se levantem.

REJEITADA.

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Deputados favoráveis à Emenda n° 2, queiram levantar-se.

Oito (08) Senhores Deputados aprovam.

Vinte e quatro (24) Senhores Deputados rejeitam.

**Está Rejeitada a Emenda n° 2.**

Emenda de n° 3. Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

Os Senhores Deputados favoráveis, permanecem como estão e os contrários se levantam.

**Está rejeitada.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Verificação de votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Deputados que forem favoráveis, queiram levantar-se.

Oito (08) Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) Senhores Deputados rejeitam.

**Está Rejeitada a Emenda.**

Sobre a mesa, requerimentos n°s 3597 e 3810, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3598, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3612 a 3614, 3688 e 3798, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3615, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu peço permissão a Vossa Excelência, eu estava atendendo o ilustre Deputado Ritti, peço desculpas, mas eu não ouvi.

Gostaria que Vossa Excelência voltasse a ler o teor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - "Regime de Urgência para Projeto de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria a região administrativa de Cianorte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Tem o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento n° 3616, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-

-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3625, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Com o voto contrário, da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Voto contrário do Deputado Ovídio Constantino.

Requerimentos n°s 3627, 3656, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3630 e 3632, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3634, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.**

O Sr. Renato Adur - Senhor Presidente, dá para saber o teor?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa adia a votação desta matéria por não constar quais são os projetos.

Requerimentos n°s 3609 a 3611, 3636 a 3650, 3692 a 3702, 3749 e 3750, 3805 e 3806, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3604, 3652 a 3655 e 3707, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3657, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3592 a 3594, 3658, 3659, 3739, 3628, 3600 a 3602, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3680, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3681, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3685, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3690, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3691, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3703, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3704, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem. Gostaria de saber de V. Exa. sobre a mensagem do Governo do Estado. Se já chegou a esta Casa a Mensagem do Governo autorizando a doação de um terreno ao CEFET para construção do novo Colégio CEFET na região da Barreirinha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mensagem foi recebida por esta Presidência na tarde de ontem e será devidamente encaminhada a doação de um imóvel nos fundos da Guarda Mirim, na Rua João Guariza, fundos da Anita Garibaldi.

O SR. RENATO ADUR - O Deputado Algaci Túlio e eu, V. Exa. também, que é vizinho daquela região, optamos entre a construção de um distrito policial e um Colégio CEFET. A opção foi pelo CEFET.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimentos n°s 3605, 3708 a 3713 e 3719, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3720, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3721 e 3722, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 3745 e 3746, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3751, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3756, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3765, de autoria do Sr. Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3766, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3767, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3677 e 3771 a 3773, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3618 a 3260 e 3781 a 3794, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3795, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3596, 3599, 3725 a 3727, 3796 e 3797 de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3800, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3801, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial que procederá estudos relativos aos índices de participação dos Municípios no resultado da arrecadação do ICMS. À Diretoria Legislativa, para anotar.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Gostaria que V. Exa. me informasse a que Partido pertence o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Ele pertence ao PSDB.

A SRA. EMILIA BELINATI - Na relação que recebemos hoje à tarde da composição dos membros da Comissão de Constituição e Justiça diz ali que o PSDB não atingiu coeficiente suficiente para fazer parte da Comissão de Justiça.

Então quero questionar aqui o requerimento apresentado pelo Deputado Renato Adur indicando o nome do Deputado Alceu Swarowski para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Ao



PSDB evidentemente não cabe indicar nenhum Deputado à C.C.J. mas ao PMDB cabe a indicação de mais um Deputado dentro dos novos cálculos e o Deputado Renato Adur representando a Liderança do PMDB nos indica o Deputado Alceu Swarowski para representar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - A Liderança do PMDB, os Deputados do PMDB decidiram em Assembléia que o nome indicado para compor a quarta vaga do PMDB seria nome do Deputado Alceu Swarowski.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Baseado em que artigo do Regimento Interno foi feita esta composição?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Cabe ao Líder do PMDB indicar os representantes de sua Bancada nas Comissões, para preencher os cargos.

A SRA. EMILIA BELINATI - Mas qual o artigo que permite isso, do Regimento Interno que permite que um membro de um Partido seja indicado por um outro partido?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E qual o artigo que não permite?

O SR. PAULO MAIA - Permite desde que aja o bloco parlamentar, não é Sr. Presidente, é o que estabelece o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa entende que V. Exa. pode encaminhar uma questão de ordem e a Mesa decidirá sobre a mesma. O que está escrito no Regimento é que cabe ao líder indicar os Deputados que representarão na Comissão.

Requerimentos n°s 3802 e 3803, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3485, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Com o meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. BONA TURRA - Com o meu voto contrário.

rio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Votos contrários dos Deputados Ovidio Constantino e Bona Turra.

Requerimentos n°s 3538 e 3539, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3541, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3603, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Devolvido ao autor.**

Requerimento n° 3728, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Devolvido ao autor.**

Requerimento n° 3570, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do Expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Apenas para agradecer a compreensão, a paciência que tiveram os funcionários do setor de Taquigrafia desta Casa suportando-nos até a esse momento, ao nosso grande delegado Tadeu que teve um trabalho brilhante no atendimento às pessoas que estavam nas galerias da Assembléia hoje, ao nosso segurança Erondi, ao nosso assessor de Plenário, o Gaúcho, e aos funcionários de gabinete dos Deputados que agüentaram até a esse horário, mesmo não recebendo hora extra, e aqui permanecem ainda para uns últimos retoques, os últimos atendimentos aos Senhores Deputados.

Queria que se colocasse um voto de congratulações a todos esses que permitiram que a Sessão da Assembléia pudesse estender-se por volta de quase vinte horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para quinta-feira dia 30, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a sessão.